São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 24, Domingo, 25 e Segunda-feira, 26 de fevereiro de 2024 | Edição N º 971

datamercantil.com.br

Bolsa cai e perde os 130 mil pontos puxada por petróleo; dólar sobe a R$ 4,99

Apesar de ter começado o dia em leve alta, a Bolsa brasileira passou a cair e quebrou sua sequência de altas consecutivas, puxada principalmente por empresas do setor de petróleo, em meio ao declínio da commodity no exterior.A Petrobras, uma das empresas de maior peso do Ibovespa, recuou 0,68%, e a PetroRio, outra grande companhia do setor, caiu 1,40%.

A queda do petróleo ofuscou o desempenho da Vale, que chegou a subir quase 2% no fim da manhã e fechou o dia em alta de 0,23%, após a divulgação de seu balanço do quarto trimestre de 2023. As ações da empresa foram as mais negociadas do pregão.

"Boa parte da queda do Ibovespa hoje está seguindo o movimento no exterior com a queda das commodities, com parte da queda sendo aliviada pela alta das ações da Vale, que possui um peso relevante no Ibovespa, refletindo o bom resultado divulgado ontem", afirma Andre Fernandes, head de renda variável e sócio da A7 Capital.

Os números, de maneira geral, agradaram a analistas. A mineradora registrou queda de 35% no lucro do período, mas Fernandes aponta que a receita líquida e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) vieram dentro do esperado e que a empresa apresentou boas projeções para este ano.

A alta da mineradora, no entanto, não foi capaz de dar tração ao Ibovespa, que quebrou uma sequência de seis altas consecutivas.

Com isso, o índice terminou o dia em baixa de 0,63%, aos 129.418 pontos.

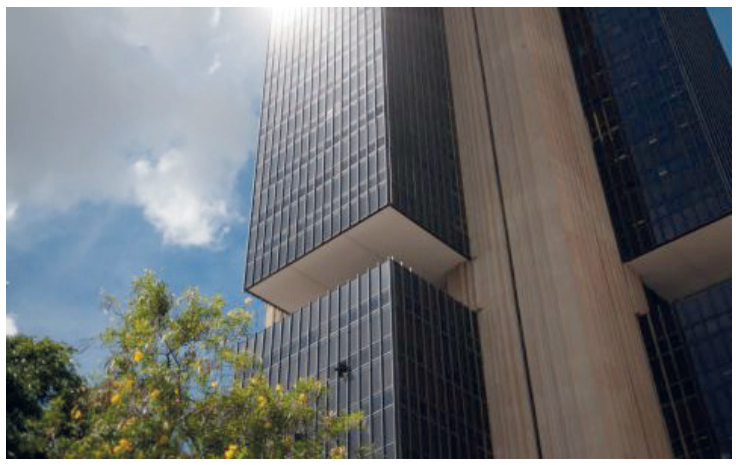
"O Ibovespa segue preso no canal entre 127 mil e 130 mil pontos há mais de um mês. Mesmo nos 6 pregões anteriores, quando subiu, o movimento foi limitado e não conseguiu aproveitar a euforia externa com o rali das techs puxado pela Nvidia", diz Alexsandro Nishimura, economista e sócio da Nomos.

Com o desempenho negativo desta sexta, o Ibovespa descolou-se do exterior. Nos Estados Unidos, os índices S&P 500 e Dow Jones subiram para outro recorde de fechamento, com os três índices de Wall Street registrando ganhos semanais, conforme as ações de empresas ligadas à inteligência artificial tiveram força suficiente para manter o movimento de alta. Folhapress

Economia

Com mais de um terço dos brasileiros vivendo em condomínios, cresce a demanda por síndicos profissionais *Página - 03*

Governo teme que autonomia turbinada do BC gere efeito cascata em outros órgãos *Página - 03*



Em expansão, Shopee inaugura o 10º centro de distribuição no Brasil *Página - 05*

Déja vù? Reddit promete "pedacinhos" para usuários em IPO nos EUA; como vai funcionar *Pág - 05*

Política

Reoneração seguirá em vigor na MP para ajudar governo a reduzir bloqueio no Orçamento *Página - 04*

Lira diz que Lula e PT estarão ao seu lado na sucessão para presidência da Câmara *Página - 04*

No Mundo

Israel divulga 1º plano para pós-guerra e prevê Gaza sob gestão de autoridades locais

Mais de quatro meses após o início do conflito, o governo de Binyamin Netanyahu apresentou a seu gabinete de segurança um plano para Gaza pós-guerra na noite de quinta (22). O material não traz grandes novidades em relação ao que o premiê vinha verbalizando, mas contém decisões importantes e que podem desagradar aliados.

Uma das principais questões era a quem seria relegado o controle da faixa de terra palestina. O plano diz que os assuntos civis de Gaza serão geridos por "funcionários locais com experiência administrativa mas não ligados a países ou entidades que apoiam o terrorismo".

Segue em aberto, desta forma, se estaria em cogitação algum controle da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que atualmente já governa parcialmente a Cisjordânia, outro território palestino ocupado ainda que, dada as hostilidades entre a ANP e Tel Aviv, isso seja improvável.

Bibi, como o premiê é conhecido, também detalhou no plano que as Forças de Defesa continuarão a guerra até atingir seus objetivos, que seriam: destruir as capacidades militares e toda a infraestrutura do Hamas e do Jihad Islâmico, resgatar os reféns capturados em 7 de outubro e "remover qualquer ameada à segurança a longo prazo".

O plano tampouco prevê uma data para a desmilitarização da Faixa. O material fala sobre manter "uma liberdade indefinida para operar em Gaza" de modo a evitar o ressurgimento da atividade terrorista e coloca como um objetivo de médio prazo desocupar o território.

De acordo com novo balanço divulgado pelo Ministério da Saúde controlado pelo Hamas, o conflito já teria matado 29,5 mil pessoas em Gaza, entre civis e membros do grupo, e ferido outras 69,6 mil pessoas.

Sobre a possibilidade de um Estado palestino independente, tampouco há novidades.

Folhapress

EUA anunciam mais sanções; Rússia avança no leste da Ucrânia

Na véspera do segundo aniversário da Guerra da Ucrânia, os Estados Unidos lançaram na sexta (23) um novo pacote com 500 sanções contra a Rússia, que por sua vez anunciou mais avanços contra posições de Kiev no leste do país invadido em 24 de fevereiro de 2022.

As sanções foram anunciadas pelo presidente Joe Biden e miram cem grupos econômicos associados a fornecimento para Moscou. Além disso, os EUA vão tentar reduzir ainda mais as receitas energéticas do país de Vladimir Putin, que se mantém flutuando apesar do regime draconiano de punições adotado pelo Ocidente e aliados.

Além da guerra, Biden disse que vai punir pessoas que Washington identificou como associadas à morte do opositor russo Alexei Navalni, ocorrida há uma semana numa cadeia no Ártico sob circunstâncias desconhecidas.

"As sanções garantirão que Putin pague um preço ainda mais alto por sua agressão no exterior e pela repressão interna", disse Biden. Na véspera, o americano havia se encontrado em San Francisco com a viúva de Navalni, Iulia, e sua filha Dacha, que estuda na região.

A eficácia de tais medidas é questionável. A Rússia sofreu 16.587 delas desde a guerra, sem contar as de hoje, segundo a consultoria Castellum.AI. Já tinha antes 2.695 punições impostas desde a anexação da Crimeia, em 2014, contra empresas, indivíduos, aviões e barcos.

Se é fato que elas obrigaram um cavalo de pau na economia russa, desplugando-a do sistema financeiro internacional e congelando R$ 1,5 trilhão em reservas no exterior, a adaptação ocorreu, novos mercados energéticos foram encontrados e o país cresceu 3,6% no ano passado.

Igor Gielow/Folhapress

Chanceler argentina manda recado sutil ao Brasil durante visita de Blinken

Após viagem ao Brasil para a cúpula do G20, em uma visita dominada por questionamentos sobre as visões antagônicas de Brasília e Washington em relação à guerra em Gaza, o chefe da diplomacia dos Estados Unidos, Antony Blinken, esteve na sexta (23) na Argentina

Após se reunir com o presidente Javier Milei, o secretário de Estado concedeu entrevista coletiva ao lado da chanceler argentina, Diana Mondino, na Casa Rosada, e o Brasil surgiu na conversa.

Questionado sobre se as declarações do presidente Lula (PT) acerca de Rússia, China e Israel podem fazer com o país perca para a Argentina o posto de principal parceiro dos EUA na região, ele desvencilhou.

"Não temos associações exclusivas. O trabalho com qualquer país com interesses e valores comuns é bem-vindo", afirmou.

E seguiu: "Em mais de 30 anos na diplomacia, não me lembro de um momento com tantas ameaças complexas e interconectadas. Isso sublinha que é absolutamente importante termos novas formas de cooperar com sócios internacionais".

O que mais chamou a atenção, no entanto, foi a fala de Mondino que, mesmo não tendo recebido a pergunta como direcionada a ela, pediu a palavra e fez indireta sutil a Lula.

"O Brasil é o principal sócio comercial da Argentina, mas não importa ser o principal. Como diziam: não importa ser o melhor, mas ser melhor do que era ontem e nem tanto quanto será amanhã."

Desde a eleição de Milei no ano passado, Argentina e Brasil têm dito que, a despeito das diferenças ideológicas entre os dois governos hoje no cargo, a cooperação diplomática e comercial seguirá.

Como forma de colocar panos quentes em ataques que o próprio Milei fez a Lula na época de campanha, Mondino escolheu o Brasil como sua primeira viagem oficial antes mesmo de assumir o posto de chanceler.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Com mais de um terço dos brasileiros vivendo em condomínios, cresce a demanda por síndicos profissionais

Mais de um terço da população brasileira vive em condomínios residenciais, segundo dados do INCC (Instituto Nacional de Condomínios e Apoio aos Condôminos).

Esses cerca de 80 milhões de pessoas moram em mais de 520 mil empreendimentos que movimentam aproximadamente R$ 190 bilhões por ano em taxas de administração, serviços de manutenção e limpeza.

Nos últimos 8 anos, houve um aumento expressivo no número de condomínios. Em 2016, eram cerca de 420 mil, e agora, em 2024, já ultrapassam os 520 mil.

Como resultado, a busca por síndicos profissionais aumenta, já que cada condomínio precisa ter uma liderança representativa, alguém que administrará o dinheiro, os problemas e os conflitos, e nem sempre haverá um morador disposto ou qualificado para assumir o papel.

De acordo com a Aabic (Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo), a projeção é de um crescimento de 25% a 30% nos postos de trabalho para síndicos profissionais nos próximos cinco anos.

Além disso, esse aumento no número de condomínios implica em mais empregos em outras áreas. Neste momento, esses empreendimentos já empregam diretamente 2 milhões de pessoas, conforme o Instituto Nacional de Condomínios e Apoio aos Condôminos.

O levantamento analisa tanto atividades formais quanto informais dos empregos com carteira assinada e os terceirizados.

Margareth Ferreira Bariani, síndica profissional na Zona Norte da capital paulista, tem quase uma década de experiência na função e comanda hoje cinco empreendimentos. No total, ela gerencia mais de 300 unidades residenciais, com mais de 700 moradores.

A síndica iniciou sua trajetória como conselheira, se tornou subsíndica e síndica moradora, antes de decidir se profissionalizar. A profissionalização pode ser alcançada através de cursos de qualificação, como os promovidos pela AABIC.

Lara Madeira/Folhapress

Governo aprova R$ 5,3 bilhões para projetos de inovação no país

O programa Nova Indústria Brasil (NIB) aprovou R$ 5,3 bilhões para projetos voltados à inovação, produtividade, sustentabilidade e ampliação da capacidade exportadora, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), na sexta-feira (23).

Entre os projetos contemplados estão o desenvolvimento de motores elétricos para veículos, semicondutores para módulos de energia solar e a produção de hidrogênio a partir de biogás. Esses investimentos têm como objetivo elevar a indústria nacional a um novo patamar de desenvolvimento, impulsionando a inovação e a competitividade.

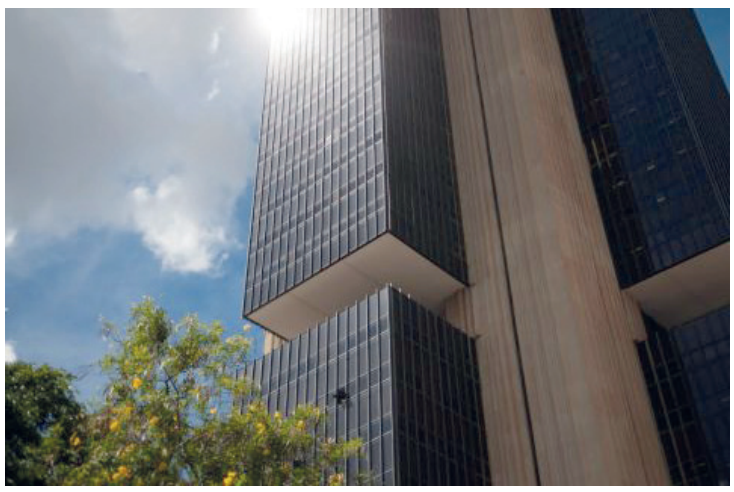
por meio de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A medida conta com R$ 300 bilhões até 2026.

Para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, o balanço mostra o potencial da política industrial para estimular o setor produtivo.

"A Nova Indústria Brasil está provando ser um motor fundamental para a colaboração entre setor público e privado, impulsionando nossa indústria rumo a novos horizontes de desenvolvimento, inovação, produtividade, mais exportação, sustentabilidade e competitividade", avalia o ministro.

CNN

Governo teme que autonomia turbinada do BC gere efeito cascata em outros órgãos



A PEC (proposta de emenda à Constituição) que transforma o Banco Central em uma empresa pública com autonomia fiscal e orçamentária gera no governo o temor de um efeito cascata em outros órgãos.

A articulação em torno da proposta voltou a estressar a relação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

Lula e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) veem uma atuação de Campos Neto nos bastidores para a construção da PEC, de autoria do senador Vanderlan (PSD-GO).

Antes de o texto ser entregue no Congresso, diretores do BC debateram a proposta e a apoiaram. Entre eles, há inclusive uma discussão sobre como a PEC pode ser aprimorada.

Pela PEC, o BC passa a ser uma instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública e com poder de polícia.

A proposta remove qualquer "tutela ou subordinação hierárquica" do BC ao governo. O modelo segue a autonomia orçamentária da maioria dos bancos centrais autônomos no mundo.

Um dos problemas após a apresentação da PEC foi a negociação de reestruturação de carreira no BC.

A situação gerou um impasse sobre como lidar com as tratativas ao mesmo tempo que há uma proposta que pode mudar completamente a estrutura do BC e suas relações trabalhistas, o que inclui contratação e reajuste dos salários.

Caso a PEC seja aprovada, o BC terá liberdade para fazer seu plano de carreira e definir salários.

No Ministério da Fazenda, há uma preocupação de o BC virar um BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para decidir sobre reajuste. O banco é famoso por conceder aos seus funcionários salários adicionais ao décimo terceiro na forma de participação nos lucros.

AdrianaFernandes/Folhapres

Política

Reoneração seguirá em vigor na MP para ajudar governo a reduzir bloqueio no Orçamento

Mesmo com a disposição do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em negociar um meio-termo para a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, a MP (medida provisória) com essas ações deve continuar em vigor para ajudar a reduzir o tamanho do contingenciamento no relatório bimestral que será divulgado em 22 de março.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou em entrevista à GloboNews que o Executivo vai enviar um projeto de lei em regime de urgência para conduzir as negociações e chegou a dizer que a parte referente à desoneração da folha "vai ser tratada exclusivamente no PL, vai ser suprimida da MP".

A declaração gerou no Congresso Nacional, nas empresas beneficiadas e em parte do próprio governo a expectativa de envio de uma nova MP revogando o trecho que prevê a reoneração da folha a partir de 1º de abril. A frustração tende a gerar ruído com os parlamentares.

Integrantes da equipe econômica ouvidos reservadamente pela reportagem afirmam que uma MP revogadora comprometeria os cálculos para a avaliação bimestral do Orçamento, gerando um risco ampliado de contingenciamento de despesas por causa da frustração na arrecadação.

Embora a própria MP diga que a reoneração só vale a partir de 1º de abril, o texto publicado tem força de lei e permite ao governo incorporar, desde já, os ganhos fiscais da iniciativa.

O principal deles é não precisar reconhecer perdas de R$ 12 bilhões com a desoneração da folha das empresas e de R$ 4 bilhões com o corte das alíquotas dos municípios.

Revogar agora o trecho da MP, portanto, significaria retomar as desonerações aprovadas pelo Congresso e absorver o impacto integral nas estimativas do Orçamento.

Por isso, integrantes do governo consideram crucial que a reoneração seja mantida no texto da MP pelo menos até 22 de março, sem prejuízo da condução das discussões de mérito no âmbito do projeto de lei. Desde sua edição, a medida é considerada a "âncora fiscal" do primeiro relatório.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Bolsonaristas falam em 'guerra civil' e se preparam para ato com pacto de não agressão

Ao mesmo tempo em que convocações para o ato de domingo (25) em São Paulo repetem o pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que não haja cartazes ou alvos específicos na manifestação, mensagens de tom violento e teorias da conspiração seguem sendo compartilhadas em grupos públicos bolsonaristas, ainda que sem citar o protesto.

O levantamento feito pela empresa de tecnologia Palver buscou capturar o que estava sendo dito após a operação da Polícia Federal de 8 de fevereiro que mirou Bolsonaro e aliados acerca de trama golpista engendrada em sua gestão. Além disso, analisou também como reverberou a convocação do ex-presidente, feita no dia 12, para ato na avenida Paulista.

Mensagens citando Bolsonaro e falando em "guerra civil" ou "revolução" teve certo aumento após a ordem de apreensão de passaporte contra o ex-presidente. Este tipo de conteúdo mais inflamado, porém, não cita a manifestação de 25 de fevereiro e já vinha aparecendo anteriormente nos grupos.

Uma mensagem diz, por exemplo, que "estão inventando uma prisão a qualquer custo para Bolsonaro" e fala que "vai ter guerra civil". O texto, que é longo, diz ainda que "ninguém sairá de dentro do Congresso até que todos sejam presos" e que "ninguém nos deterá". Ao final, demanda "providências contra esses abusos de autoridades do STF" e diz que "isso não vai continuar assim".

"Guerra civil à vista", diz outro conteúdo compartilhado, acompanhado de uma teoria da conspiração: "PT mandou o TSE cassar os mandatos e tornar inelegíveis todos os deputados do PL. É imprescindível fazer este vídeo chegar a cada brasileiro".

Renata Galf/Folhapress

Lira diz que Lula e PT estarão ao seu lado na sucessão para presidência da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse na sexta-feira (23) no Rio de Janeiro que o presidente Lula (PT) deve apoiar o seu candidato para a sucessão na presidência da Câmara, em eleição marcada para fevereiro de 2025. Lira não poderá disputar a reeleição de novo.

"O presidente Lula tem o direito de fazer o sucessor dele, como eu tenho a minha pretensão, ouvindo a todos os líderes partidários e amigos na Câmara a fazer nosso sucessor", disse Lira.

"O presidente Lula sabe e disse que estará junto desse projeto de acompanhar para que eu tenha o direito de fazer o meu sucessor, e o PT não penso que pensará diferente, porque não tem motivos, todo os compromissos estão sendo honrados", disse Lira em evento na sexta (23) na FGV do Rio de Janeiro.

Apesar de nas conversas com aliados Lira não ter indicado quem será o seu candidato, há uma avaliação de que dois nomes estão mais fortes na disputa pelo seu apoio: o líder da União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP). Segundo relatos, Lira tem afirmado a eles que apoiará quem se viabilizar na disputa.

Há ainda dois líderes que correm por fora como possíveis alternativas. O do PSD, Antonio Brito (BA), e o do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL). Ambos têm cortejado o governo federal.

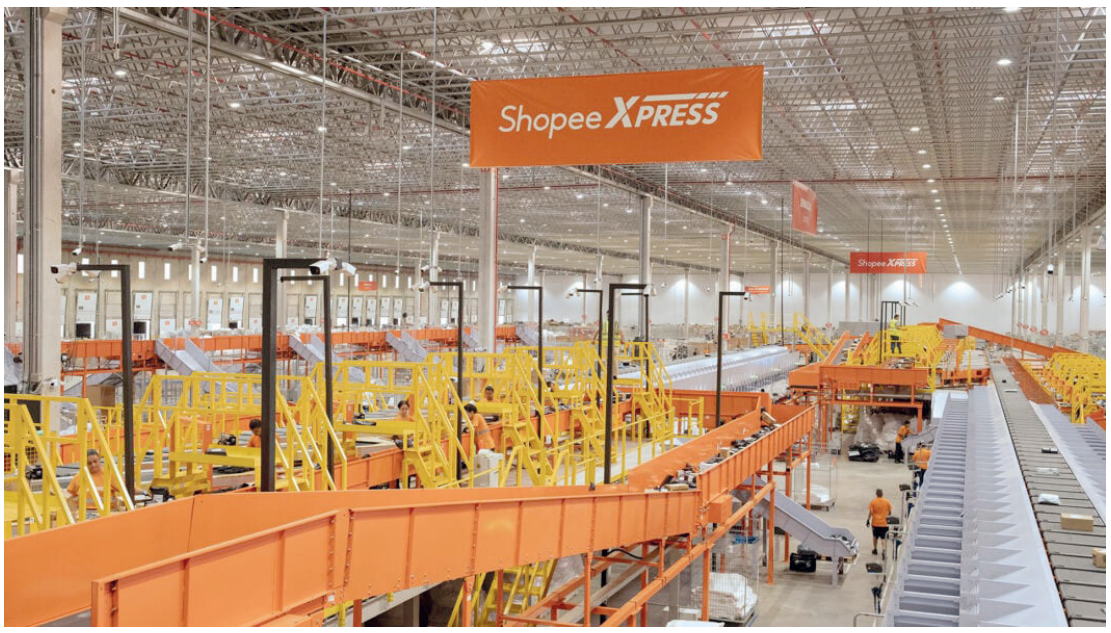
De acordo com interlocutores, Elmar e Pereira firmaram um acordo. Quando a eleição estiver mais perto, apenas um seguirá na corrida, no caso, o que tiver conseguido mais endosso entre os colegas.

Lula recebeu na noite de quinta-feira (22), no Palácio da Alvorada, Lira e líderes partidários. O encontro ocorre em meio a queixas dos parlamentares sobre a articulação política do Executivo.

Também participaram ministros como Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil).

Italo Nogueira/Folhapress

Em expansão, Shopee inaugura o 10º centro de distribuição no Brasil



A Shopee anunciou na sexta-feira (23) uma expansão da sua malha logística no Brasil com a inauguração do seu 10º centro de distribuição (CD). Localizado na região metropolitana de Goiânia (GO), no Centro-Oeste do país, o novo espaço tem como objetivo reforçar a presença nacional da varejista.

A nova unidade opera no modelo cross-docking, em que as mercadorias coletadas por meio de parceiros logísticos são reorganizadas e encaminhadas aos hubs de última milha, da onde saem os produtos que chegam até a porta do consumidor final.

A empresa afirma que o novo centro representa um "passo estratégico da Shopee para fortalecer sua infraestrutura logística". "Vamos nos aproximando dos pontos de coleta do Distrito Federal e Goiás, além de permitir uma conexão de malha mais eficiente e com maior velocidade de entrega para os consumidores de toda a região", explica Rafael Flores, head de expansão e malha logística na Shopee. Para ter uma ideia de comparação com outras concorrentes estrangeiras, a Shein possui cinco CDs, enquanto a Amazon tem dez e o Mercado Livre tem dez. Já o varejo nacional é mais penetrado: Casas Bahia possui 29 centros de distribuição, Magazine Luiza possui 22 e Americanas tem 15.

No comunicado de anúncio do CD, a Shopee afirma que intensificou seus esforços para "melhorar cada vez mais a experiência dos consumidores e dos vendedores brasileiros", principalmente por meio da otimização de sua operação logística desde a coleta dos produtos até a entrega.

Atualmente, o marketplace conta com outros 9 centros de distribuição localizados em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, além de mais de 100 hubs logísticos de primeira e de última milha, todos exclusivos para produtos de lojistas brasileiros. Apesar do investimento, a empresa não revela o prazo de entrega de seus produtos – que varia a depender da região e do vendedor.

Infomoney

Nvidia e mais 10: as ações e ETFs ganhadores da "febre de IA" que domina Wall Street

A Nvidia e a tese de Inteligência Artificial como um todo vêm "carregando" a Bolsa dos EUA nos ombros há algum tempo, com ações de IA sustentando os 27% de ganhos do S&P 500 em 2023. A tendência continua firme este ano, principalmente após o forte balanço da Nvidia no quarto trimestre, que revigorou as expectativas dos analistas. Mas quais são as ganhadoras até aqui para além da fabricante de chips de US$ 2 trilhões?

Segundo levantamento da Quantum Finance, Nvidia (NVDA) e Meta Platforms (META) lideram o índice NQROBO da Nasdaq, que rastreia papéis dos setores de Inteligência Artificial e Robótica. Elas subiram 40,24% e 33,28%, respectivamente, em 2024. Já no acumulado dos últimos 12 meses, os ganhos foram de 218,90% e 162,92%.

As ações de IA que mais subiram em 2024:

Outros destaques são Palo Alto Networks (PANW), que imprime alta de 120,13% em 12 meses, e Pegasystems (PEGA), que disparou após o balanço do quarto trimestre do ano passado e sobe 32,48% este ano.

A AMD, que já foi uma das principais rivais da Nvidia antes da onda de IA, avançou 99,31% desde fevereiro de 2023.

Para verificar quais os fundos que estão captando mais ganhos com a "febre de IA" de Wall Street, a Quantum optou por selecionar as opções com maiores ativos sob custódia (AuM), que estejam classificados com termos como robótica, inteligência artificial e automação.

Infomoney

Déja vù? Reddit promete "pedacinhos" para usuários em IPO nos EUA; como vai funcionar

Quer ser dono de um "pedacinho" do Reddit? Se você é um usuário da plataforma de comunidades, pode ter a chance agora, durante a abertura de capital (IPO) da empresa. A estreia do Reddit na bolsa acontecerá em breve e uma parcela das ações será destinada aos seus usuários mais leais. Segundo o Wall Street Journal, 75 mil "redditors" devem ser escolhidos.

"Vemos a paixão de nossos usuários por suas comunidades, seu desejo de que o Reddit seja o mais incrível possível e sua desaprovação quando os decepcionamos. Queremos que esse senso de propriedade se reflita na propriedade real – para que nossos usuários sejam nossos proprietários", afirma a empresa em documento enviado à SEC (CVM dos Estados Unidos).

Para os brasileiros, a história tem cheiro de déja vù. Em 2021, quando o Nubank (NU) anunciou seu IPO, foi oferecida aos funcionários e clientes a possibilidade de participar da oferta por meio da compra de recibos das ações (BDRs) listadas em Nova York. O banco digital chamou o papel de "pedacinho".

Embora a abertura de capital tenha sido uma das maiores daquele ano, com forte alta no dia do IPO, os meses posteriores não foram tão positivos e a ação desvalorizou bastante. No ano passado, os "pedacinhos" do Nubank foram descontinuados e um novo BDR foi lançado.

À SEC, o Reddit afirmou estar ciente dos riscos da iniciativa. Na seção "Fatores de Risco", a empresa destacou que a participação dos "redditors" poderá aumentar a volatilidade nas negociações em Bolsa. Principalmente porque a empresa não pretende estabelecer um período de lock-up – uma cláusula contratual que determina um período mínimo de permanência com a ação. Pelo menos uma parcela dos usuários do Reddit está familiarizada com essa volatilidade do mercado. Foi em uma comunidade da plataforma que teve início "a revolta das sardinhas", um movimento de compra das ações da Gamestop para boicotar os fundos hedge vendidos nos papéis. A iniciativa chegou ao Brasil e a ação escolhida foi o IRB.

Infomoney

ZURICH Santander
SEGUROS E PREVIDÊNCIA BRASIL

Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. | CNPJ/MF nº 14.927.215/0001-67

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda., submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023. Os documentos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e seguem os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528, de 29 de abril de 2022.

A Zurich Santander Brasil Odonto

A Zurich Santander Brasil Odonto (Operadora) tem a composição acionária de 99% da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e 1% da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. A empresa foi adquirida em 26 de janeiro de 2017 com o objetivo de oferecer planos odontológicos em todo o país por meio de atendimentos para prevenção, diagnóstico e tratamento odontológico. Ao final do exercício de 2023, a operação contabilizava mais de 35 mil beneficiários.

Conjuntura Econômica

Os dados de atividade econômica e do mercado de trabalho se mantiveram resilientes durante o ano de 2023. A inflação, influenciada pela redução nos preços das *Commodities* e baixa do preço dos combustíveis, começou a desacelerar, fechando o ano de 2023 em 4,62%. Uma inflação interna mais comportada e o possível início de política monetária mais expansionista no cenário externo, deram mais espaço para que o Banco Central iniciasse o afrouxamento da política monetária, reduzindo a taxa de juros de 13,75% para 11,75% no final de 2023. Devido a essas circunstâncias é esperado pelo mercado que o PIB do ano de 2023 termine próximo de 2,90%.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. registrou o lucro líquido de R$6 milhões em dezembro de 2023 (R$4 milhões em dezembro de 2022), patrimônio líquido de R$34 milhões em dezembro de 2023 (R$28 milhões em dezembro de 2022) e provisões técnicas de R$2 milhões em dezembro de 2023 (R$2 milhões em dezembro de 2022).

A Operadora continuará expandindo seus negócios, aumentando seu volume de venda e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na transparência e solidez do balanço. Sua estratégia tem como premissa o crescimento dos negócios que contribuem de maneira positiva com a sociedade, com os clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de planos odontológicos.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição do Lucro

Havendo lucro, o mesmo poderá ser partilhado entre os sócios, na proporção de sua participação no capital social e em conformidade com a destinação do resultado. O lucro poderá ser distribuído aos sócios de forma descasada à proporcionalidade do capital social mediante deliberação da sua totalidade, conforme previsto no Código Civil, Lei nº10.406/02.

Sustentabilidade

A Zurich Santander conta com uma estratégia de Sustentabilidade que possui três direcionadores: proposta de valor responsável, o impacto na comunidade e a governança responsável. A Operadora é consciente do seu papel como agente de transformação da sociedade, e por isso pauta suas decisões e os seus compromissos no desenvolvimento sustentável.

Olhando para a proposta de valor responsável, a Operadora busca estar à altura das exigências e mudanças constantes do mercado e da sociedade. Para isso, a Operadora trabalha para a transformação dos produtos em propostas ESG inovadoras, inclusivas e focadas em seus clientes, assim como no desenvolvimento de soluções para envolvê-los em propostas de impacto sustentável. Ao mesmo tempo, buscando ter uma governança responsável, a sustentabilidade assume protagonismo na tomada de decisões criando valor em todos os níveis da companhia e envolvendo os principais *stakeholders*. Já as relações com a comunidade se consolidam através da construção de parcerias de longo prazo, para promovermos o investimento social e nosso compromisso socioambiental com a sociedade.

Ao longo de 2023, divulgou publicamente no site www.zurichsantander.com.br, sua Política de Sustentabilidade que demonstra o compromisso da empresa, define princípios e diretrizes para a gestão deste tema.

Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD)

Para uma empresa que lida com o propósito de assegurar a tranquilidade e a proteção das pessoas, é fundamental cuidar também da privacidade dos clientes, colaboradores e fornecedores. Por isso, a Seguradora adequou suas políticas e controles conforme as regras da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD), além do aculturamento interno constante sobre essa temática. Nesse período, foram criados procedimentos e realizados investimentos em formação, tecnologia e *Data Analytics*, aprimorando a cultura de proteção de dados junto aos colaboradores, o que impacta diretamente na experiência dos clientes com a empresa.

Reconhecimentos

A atuação da Zurich Santander tem sido destaque no mercado, tendo como principais reconhecimentos:

- GPTW Nacional 2023: realizada pela consultoria Great Place To Work (GPTW), a versão Nacional da iniciativa elegeu a Zurich Santander como uma das 20 melhores empresas para trabalhar do Brasil.
- GPTW Mulher 2022: a Zurich Santander foi eleita entre as 5 melhores empresas para as mulheres trabalharem, segundo a consultoria Great Place To Work (GPTW).
- GPTW Instituições Financeiras 2023: a Zurich Santander foi reconhecida no *ranking* Melhores Empresas para Trabalhar GPTW – Instituições Financeiras 2022, com a segunda posição no segmento de Seguradoras.

Agradecimentos

A Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. agradece aos clientes, colaboradores e parceiros de negócios pela confiança nas operações e na administração da empresa.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2023	2022
Ativo Circulante		**35.818**	**31.881**
Disponível	3.1	**190**	**1.221**
Realizável		**35.628**	**30.660**
Aplicações Financeiras	5	**33.514**	**28.459**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		3.966	3.583
Aplicações Livres		29.548	24.876
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	**280**	**472**
Contraprestação Pecuniária a Receber		280	472
Despesas Diferidas	7	**186**	**206**
Créditos Tributários e Previdenciários	8	**1.648**	**1.523**
Ativo não Circulante		**2.007**	**–**
Realizável a Longo Prazo		**2.007**	**–**
Ativo Fiscal Diferido	8	**2.007**	**–**
Total do Ativo		**37.825**	**31.881**

	Nota Explicativa	2023	2022
Passivo Circulante		**3.476**	**3.626**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	**2.019**	**2.209**
Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG		646	640
Provisão de Eventos a Liquidar – PESL		5	81
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA		1.368	1.488
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**1.034**	**935**
Comercialização sobre Operações	10	505	543
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	11	529	392
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**138**	**233**
Débitos Diversos	12	**285**	**249**
Passivo não Circulante		**640**	**561**
Provisões		**640**	**561**
Provisões para Ações Judiciais	13	640	561
Patrimônio Líquido		**33.709**	**27.694**
Capital Social	15.a	31.959	31.959
Ajustes de Avaliação Patrimonial		–	2
Lucro/Prejuízo Acumulado		1.750	(4.267)
Total do Passivo		**37.825**	**31.881**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 2021	**31.959**	**10**	**(8.803)**	**23.166**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(8)	–	(8)
Resultado do Exercício	–	–	4.536	4.536
Saldos em 2022	**31.959**	**2**	**(4.267)**	**27.694**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	(2)	–	(2)
Resultado do Exercício	–	–	6.017	6.017
Saldos em 2023	**31.959**	**–**	**1.750**	**33.709**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelos Métodos Direto e Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2023	2022
Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto			
Atividades Operacionais			
Recebimento de Planos Odontológicos		14.110	15.420
Resgate de Aplicações Financeiras	5.2	31.764	24.409
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Odontologia		(6.522)	(6.516)
Pagamento de Pró-Labore		(4.088)	(4.482)
Pagamento de Serviços de Terceiros		(322)	(800)
Pagamento de Tributos		(2.620)	(2.713)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(8)	–
Pagamento de Promoção/Publicidade		(8)	(7)
Aplicações Financeiras	5.2	(33.085)	(23.874)
Outros Pagamentos Operacionais		(252)	(773)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**(1.031)**	**664**
Variação de Caixa e Equivalente à Caixa			
Caixa – Saldo Inicial		1.221	557
Caixa – Saldo Final		190	1.221
(Redução)/Aumento em Caixa e Equivalente à Caixa		**(1.031)**	**664**
Ativos Livres no Início do Exercício		26.097	23.180
Ativos Livres no Final do Exercício		29.738	26.097
Aumento nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres		**3.641**	**2.917**

	Nota Explicativa	2023	2022
Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto			
Resultado do Exercício		**6.017**	**4.536**
Ajustes para:		**(2.017)**	**(592)**
Perda por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	16.3	(10)	(592)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.007)	–
Atividades Operacionais		**(3.704)**	**(2.085)**
Aplicações		(5.057)	(2.595)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		202	701
Despesas Diferidas		20	33
Créditos Tributários e Previdenciários		(125)	(628)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(190)	(358)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		99	(234)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.232	1.174
Débitos Diversos		36	(282)
Provisões Judiciais		79	104
Caixa Líquido Gerado pelas Operações		**296**	**1.859**
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Pago		(1.327)	(1.195)
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades Operacionais		**(1.031)**	**664**
Caixa – Saldo Inicial		1.221	557
Caixa – Saldo Final		190	1.221
(Redução)/Aumento em Caixa e Equivalente à Caixa		**(1.031)**	**664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	16.1	**14.271**	**16.381**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**15.340**	**17.511**
Contraprestações Líquidas		15.340	17.511
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.069)	(1.130)
Eventos Indenizáveis Líquidos	16.2	**(5.440)**	**(5.502)**
Eventos Indenizáveis		(5.560)	(5.642)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		120	140
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**8.831**	**10.879**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	16.3	**23**	**–**
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	16.3	**(1.870)**	**(2.122)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.880)	(2.714)
Provisão para Perdas sobre Créditos		10	592
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		**(64)**	**(249)**
Resultado Bruto		**6.920**	**8.508**
Despesas de Comercialização	16.4	(4.975)	(5.365)
Despesas Administrativas	16.5	(486)	(574)
Resultado Financeiro Líquido	16.6	**3.800**	**3.170**
Receitas Financeiras		3.923	3.279
Despesas Financeiras		(123)	(109)
Resultado antes dos Impostos e Participações		**5.259**	**5.739**
Imposto de Renda		(912)	(878)
Contribuição Social		(337)	(325)
Impostos Diferidos		2.007	–
Resultado do Exercício		**6.017**	**4.536**
Quantidade de Cotas (Mil)		31.959	31.959
Resultado por Cota – R$		0,19	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	2023	2022
Resultado do Exercício	**6.017**	**4.536**
Outros Resultados Abrangentes	**(2)**	**(8)**
Lucro Não Realizado com Títulos e Valores Mobiliários	(2)	(8)
Resultado Abrangente do Exercício	**6.015**	**4.528**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

1 Contexto Operacional

A Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. está domiciliada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 – 20º Andar – Cidade Monções – São Paulo-SP e opera em todas as regiões do país e é controlada pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Seu objetivo consiste na comercialização de planos privados de assistência odontológica.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela ANS através da Resolução Normativa nº 528/22.

2.1. Base de Elaboração

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e Demonstrações do Fluxo de Caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2. Moeda Funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Operadora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendados pela ANS, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, bem como os montantes divulgados de receitas e despesas durante os exercícios apresentados e exercícios subsequentes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas e premissas. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores significantes. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisões Técnicas (Nota 9) – As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Operadora para com os seus beneficiários. A determinação do valor do passivo depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos odontológicos, tais como premissas de persistência, despesas, frequência de eventos, severidade e rentabilidade sobre ativos. As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da Operadora, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo exercício.

b) Provisões para Ações Judiciais (Nota 13) – A Operadora revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais, de forma que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2024.

continua …

ZURICH Santander
SEGUROS E PREVIDÊNCIA BRASIL

Juntos protegemos
o que mais importa

Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. | CNPJ/MF nº 14.927.215/0001-67

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5. Normas e Interpretações que Ainda Não Estão em Vigor
CPC 06 (R2) – IFRS 16 Contratos de Arrendamentos
Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo IASB a partir de 01 de janeiro de 2019, este CPC ainda não teve aprovação pela ANS.
Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de arrendamento, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato.
Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme detalhamento da norma.

3 Resumo das Principais Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Caixa e Equivalente de Caixa
São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os saldos são de R$190 em dezembro de 2023 e R$1.221 em dezembro de 2022.

3.2. Ativos Financeiros
Todos os ativos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. A Operadora classifica seus Ativos nas seguintes categorias:
I – Valor Justo por Meio de Resultado (VJR);
II – Valor Justo Reconhecidos por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
III – Empréstimos e Recebíveis.
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.
I – Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)
De acordo com o CPC 48, os instrumentos patrimoniais (*Equities Securities*) e Fundos de Investimentos, bem como alguns instrumentos de dívida serão mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR) quando a característica dos fluxos de caixa contratuais de tais instrumentos não foram somente pagamento de principal e juros (SPPJ) sobre o capital investido.
II – Valor Justo Reconhecidos por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
Os instrumentos de dívida que não sejam mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR) serão mensurados pelo valor justo, cujas alterações no valor justo sejam reconhecidas por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), se detidos segundo o modelo de negócio padrão para coleta de fluxos de caixas contratuais.
III – Empréstimos e Recebíveis
A Operadora classifica como Empréstimos e Recebíveis os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.

Teste de Impairment de Instrumentos Financeiros – Perda Esperada
A Operadora avalia o grupo de ativos financeiros periodicamente ou sempre que indicado se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. O CPC 48 apresenta um novo modelo de reconhecimento e mensuração de teste de recuperabilidade de instrumentos financeiros, o qual se alinha com o conceito de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Ressalta-se que itens mensurados a valor justo por meio de resultado já tendem a incorporar em suas variações eventuais deteriorações de qualidade de crédito, a não ser em casos raros que a entidade tem informações sobre provável perda que o mercado, ao avaliar esses títulos ainda desconhece. No caso do reconhecimento da PECLD para instrumentos mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), a Operadora segue os conceitos do CPC 48 que estabelece que deve ser calculada a PECLD levando em conta o *default* dos recebíveis que potencialmente irão ocorrer frustrando os fluxos de caixa previstos. A nova metodologia da norma prevê a aplicação do reconhecimento da perda no início do contrato, contudo a Operadora aplicou a nova metodologia documentada em política interna e não obteve valores materiais na abordagem de transição que indicassem uma deterioração da carteira e/ou necessidade de constituição da referida contabilização desta probabilidade de perda em resultado no seu reconhecimento inicial, motivo pelo qual será aplicada e revalidada a cada apresentação das demonstrações financeiras para indicar a necessidade ou não da devida constituição. O embasamento para decisão se deu pelo histórico de perda da carteira que nunca se materializou, não havendo evidência passada e expectativa futura de que ocorra, principalmente pelo fato da alocação conservadora de baixo risco dos ativos. A abordagem geral definida pela entidade foi o modelo de três estágios, a fim de verificar se houve aumento significativo do risco desde sua mensuração inicial.

3.3. Provisões Técnicas
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes.

3.3.1. Provisão de Contraprestações Não Ganhas – PPCNG
A Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas-PPCNG é calculada "*pró-rata die*", de acordo com a vigência do risco não decorrido, com base nas contraprestações emitidas no mês.

3.3.2. Provisão de Eventos a Liquidar – PESL
Na Provisão de Eventos a Liquidar-PESL são registrados os custos com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

3.3.3. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA
A Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados-PEONA é uma provisão dos eventos que já tenham ocorrido e não foram informados para a Operadora, constituída mensalmente de acordo com a tabela da RN ANS nº 574/2023.

3.4. Comercialização sobre Operações de Assistência Odontológica
Comercialização sobre Operações de Assistência Odontológica são os compromissos relacionados a prestadores de serviços que atuam na intermediação de planos.

3.5. Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde
A Operadora mantém contrato de risco cedido decorrente do atendimento odontológico de seus beneficiários. Na Operadora os serviços de assistência odontológica (sinistros/eventos), são registrados na conta de Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida e no passivo Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida.

3.6. Provisões e Passivos Contingentes
As provisões são reconhecidas pela Operadora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa confiável do valor da obrigação.

3.7. Resultado do Exercício
O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.
As principais contas são:
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde – Registradas quando da emissão dos respectivos contratos firmados, conforme a vigência.
Despesas com Eventos Indenizáveis Líquidos – Registro dos procedimentos realizados pelas redes credenciadas aos beneficiários.
Despesas de Comercialização – Registro dos compromissos relacionados aos prestadores de serviços de intermediação dos planos.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social
Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.
O Imposto Corrente são os impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Tributos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários.
O Imposto Diferido é representado pelo crédito tributário e a obrigação fiscal diferida é obtida pelas diferenças entre as bases de cálculos contábeis e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.
O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases e legislação vigente pertinente a cada encargo:
Imposto de Renda – 15%, adicional de Imposto de Renda – 10% e Contribuição Social – 9%.

4 Gestão de Riscos

A Operadora está exposta aos seguintes riscos: Riscos de Assistência, Riscos Financeiros, Risco Operacional e Risco Estratégico. De acordo com a natureza e materialidade de cada risco, a Operadora exerce seu gerenciamento, tanto de maneira individual, quanto de forma integrada, monitorando o valor dos seus negócios. Para tal, a Operadora possui uma robusta estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade.
Nesse processo, as áreas de Negócios e Operacionais são responsáveis pela primeira linha de defesa, cabendo a elas a identificação, mitigação e gerenciamento dos riscos no dia a dia das suas próprias operações. A segunda linha de defesa é representada pela área de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança. A Diretoria de Riscos e Controles Internos é liderada pelo *Chief Risk Officer*, o qual é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, desde a identificação/diagnóstico dos riscos, até o acompanhamento dos planos de ações junto às áreas. O CRO se reporta diretamente a Diretoria Regional de Riscos e Controles Internos localizada na Matriz Espanhola, garantindo assim a independência da área de Gestão de Riscos e Controles Internos. A terceira linha de defesa está relacionada à função de Auditoria Interna, visando fornecer avaliações independentes sobre as atividades desenvolvidas, a efetividade dos controles e o cumprimento das normas internas e regulamentações em vigor.
Especificamente para os Riscos Estratégicos, a Operadora possui metodologia própria, que abrange desde a identificação até o acompanhamento dos planos de ações. Tal metodologia visa proteger a estratégia de negócios, garantindo a sustentabilidade da Operadora e a manutenção dos seus produtos e serviços. A Operadora periodicamente quantifica os riscos a qual está exposta, identificando se tais riscos estão aderentes aos limites estabelecidos e se estão dentro do apetite de risco estabelecido para a Operadora. Em caso de descumprimento ao apetite, as medidas previstas na Política de Gestão de Riscos da Operadora serão adotadas de maneira tempestiva, para que não haja impacto significativo no seu desempenho econômico e financeiro.

4.1. Riscos de Assistência

4.1.1. Contratos de Assistência
Pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos beneficiários. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.
A Operadora tem suas vendas concentradas com foco nos clientes correntistas do Banco Santander.
As indenizações de riscos são devidas aos beneficiários na medida em que os eventos ocorram e a Operadora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência do certificado, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência. Como resultado, os eventos são avisados ao longo de um período e parte significativa destes eventos está relacionada à Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), desenvolvida para absorver riscos inerentes a avisos posteriores a ocorrência do evento indenizável.

4.1.2. Risco de Subscrição
O Risco de Subscrição consiste principalmente nos riscos de contraprestações e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos de reservas e subscrição que consistem na análise de suficiência de contraprestações perante o passivo atuarial. A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica Atuarial, em conjunto com as áreas de Operações, *Compliance*, Contabilidade, Produtos e Jurídico. No desenvolvimento, alteração ou extinção de cada um dos produtos, estes são submetidos a um Comitê de Produtos, responsável por aprovar as ações propostas com base no parecer de cada uma das áreas.
O acompanhamento da concentração de riscos é realizado por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmento de negócio.

4.2. Riscos Financeiros

4.2.1. Risco de Crédito
O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, parcialmente ou integralmente.
No que se refere aos ativos financeiros, a Operadora monitora o cumprimento da política de gestão de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado de forma individual e coletiva, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores de mercado que possam impactar o mercado de maneira geral. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos notoriamente reconhecidas, tais como Moody's, Fitch Ratings e Standard& Poor's.

					2023
Composição da Carteira por Classe e Categoria Contábil	**AAA(br)**	**A(br)**	**BB(br)**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa e Bancos	–	–	190	–	**190**
Ativos Financeiros	29.538	–	–	3.976	**33.514**
Contraprestações a Receber	–	–	–	280	**280**
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	**29.538**	**–**	**190**	**4.256**	**33.984**

					2022
Composição da Carteira por Classe e Categoria Contábil	**AAA(br)**	**A(br)**	**BB(br)**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa e Bancos	–	1.221	–	–	**1.221**
Ativos Financeiros	24.866	–	–	3.593	**28.459**
Contraprestações a Receber	–	–	–	472	**472**
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	**24.866**	**1.221**	**–**	**4.065**	**30.152**

4.2.2. Risco de Mercado
O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente da desvalorização do valor de mercado da carteira, instrumento financeiro ou investimento, como resultado da volatilidade e do movimento imprevisível de preços de mercado. Tais preços consideram, mas não se limitam, a alterações nas taxas de juros, *commodities*, moedas e índices.
A Operadora estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas para a gestão e monitoramento do risco de mercado. A medição e o controle são feitos na primeira e na segunda linha de defesas, sobre todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. O controle abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira de investimentos da Operadora e os processos e controles relevantes relacionados.
As posições são monitoradas através da metodologia *Value-at-Risk* (VaR) e através de cenários de estresse, sendo reportados periodicamente aos Comitês pertinentes.

4.2.3. Risco de Liquidez
O Risco de Liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Operadora em saldar seus compromissos, quanto a dificuldade na conversão de um ativo, sem prejuízo relevante, em caixa, para saldar uma obrigação.
A política da Operadora é manter uma liquidez adequada e contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse.
Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.
Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

4.3. Risco Operacional
Risco Operacional é o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos estratégico e de reputação. A gestão dos riscos operacionais e controles internos busca aprimorar a eficácia da prevenção, identificação e mitigação dos riscos, a redução dos eventos relevantes e de perdas operacionais e o alinhamento destas práticas ao ambiente de controles internos estabelecidos.
Utilizamos metodologia própria para gestão desse risco, considerando também o SAOR (*Self-Assessment of Operational Risks*) como principal ferramenta oferecida pelo Grupo Zurich para identificar e avaliar junto às áreas de negócio sobre possíveis riscos operacionais. De igual forma, essa metodologia auxilia e orienta as áreas na descrição e monitoramento dos seus controles internos.

4.4. Risco Estratégico
O Risco Estratégico é relevante e monitorado ativamente dentro da Operadora. É definido como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou regulatório, bem como a utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
A Operadora utiliza a metodologia global do grupo Zurich, denominada TRP (*Total Risk Profiling*), para identificar, avaliar, gerenciar e monitorar riscos estratégicos que ameaçam a capacidade da Operadora em atingir seus objetivos.
Anualmente, a Operadora realiza um exercício de identificação dos riscos estratégicos com a Alta Administração, bem como com a elaboração de planos de ações de acompanhamento e monitoramento destes riscos.
O gerenciamento dos planos de ações é feito de forma recorrente pela Estrutura de Riscos e Controles Internos, por meio do acompanhamento e discussões com as áreas de negócios e os principais executivos da Operadora. Caso haja necessidade, é realizado a reclassificação do nível do risco identificado, bem como a identificação de um eventual novo risco. Esta identificação ocorre anualmente, porém seus planos de ação são monitorados trimestralmente pela área de Riscos, mas nada impede que um risco identificado pontualmente durante o ano seja discutido com os gestores e incluído na matriz. Este é um processo ativo na Operadora.

4.5. Gestão de Capital
A Gestão de Capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui a gestão da política de pagamento de dividendos, a devolução do capital investido aos cotistas, aumento de capital através da emissão de cotas, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.
A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Operadora como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

5 Aplicações Financeiras

5.1. Composição por Classificação
A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

				2023
	Percentual da Carteira	**Em até 1 ano ou indeterminado**	**Valor Contábil**	**Custo Atualizado**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**100%**	**29.539**	**29.539**	**29.538**
Títulos Públicos		**29.539**	**29.539**	**29.538**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	100%	29.539	29.539	29.538
Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	**100%**	**3.976**	**3.976**	**3.976**
Títulos Privados		**3.976**	**3.976**	**3.976**
Cotas de Fundos de Investimentos	100%	3.976	3.976	3.976
Total		**33.515**	**33.515**	**33.514**

				2022
	Percentual da Carteira	**Em até 1 ano ou indeterminado**	**Valor Contábil**	**Custo Atualizado**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**100%**	**24.866**	**24.866**	**24.864**
Títulos Públicos		**24.866**	**24.866**	**24.864**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	100%	24.866	24.866	24.864
Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	**100%**	**3.593**	**3.593**	**3.593**
Títulos Privados		**3.593**	**3.593**	**3.593**
Cotas de Fundos de Investimentos	100%	3.593	3.593	3.593
Total		**28.459**	**28.459**	**28.457**

5.2. Movimentação das Aplicações
A movimentação das aplicações financeiras está assim apresentada:

	Saldo em 2022	**Aplicações**	**Resgates**	**Resultado Financeiro**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2023**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**24.865**	**33.085**	**(31.764)**	**3.353**	**(1)**	**29.538**
Títulos Públicos	**24.865**	**33.085**	**(31.764)**	**3.353**	**(1)**	**29.538**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	24.865	33.085	(31.764)	3.353	(1)	29.538
Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	**3.592**	**–**	**(69)**	**453**	**–**	**3.976**
Títulos Privados	**3.592**	**–**	**(69)**	**453**	**–**	**3.976**
Cotas de Fundos de Investimentos	3.592	–	(69)	453	–	3.976
Total	**28.457**	**33.085**	**(31.833)**	**3.805**	**(1)**	**33.514**

	Saldo em 2021	**Aplicações**	**Resgates**	**Resultado Financeiro**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2022**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**22.615**	**23.874**	**(24.409)**	**2.794**	**(8)**	**24.866**
Títulos Públicos	**22.615**	**23.874**	**(24.409)**	**2.794**	**(8)**	**24.866**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	22.615	23.874	(24.409)	2.794	(8)	24.866
Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	**3.257**	**–**	**(56)**	**392**	**–**	**3.593**
Títulos Privados	**3.257**	**–**	**(56)**	**392**	**–**	**3.593**
Cotas de Fundos de Investimentos	3.257	–	(56)	392	–	3.593
Total	**25.872**	**23.874**	**(24.465)**	**3.186**	**(8)**	**28.459**

continua …

ZURICH Santander
SEGUROS E PREVIDÊNCIA BRASIL

Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. | CNPJ/MF nº 14.927.215/0001-67

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Créditos das Operações com Planos de Assistência

6.1. Contraprestações Pecuniárias a Receber – Composição

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo.

						2023
	A vencer	Vencidas				
Descrição	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para Perdas s/ Crédito	Total
Planos Individuais/ Familiares	5	78	57	32	(60)	112
Planos Coletivos Empresariais	2	99	46	22	(1)	168
Total	**7**	**177**	**103**	**54**	**(61)**	**280**

						2022
	A vencer	Vencidas				
Descrição	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para Perdas s/ Crédito	Total
Planos Individuais/ Familiares	58	200	75	36	(71)	298
Planos Coletivos Empresariais	–	94	55	25	–	174
Total	**58**	**294**	**130**	**61**	**(71)**	**472**

6.2. Movimentação das Contraprestações a Receber

	2023	2022
Saldo no Início do Exercício	**472**	**581**
Contraprestações Emitidas	16.254	17.676
Contraprestações Canceladas	(251)	(143)
Recebimentos	(14.198)	(15.420)
Baixas e Descontos Concedidos	(2.007)	(2.814)
Provisão para Perda sobre Crédito	10	592
Saldo no Final do Exercício	**280**	**472**

7 Despesas Diferidas

	2023	2022
Pró-labore	186	206
Total	**186**	**206**

8 Créditos Tributários e Previdenciários e Ativos Fiscais Diferidos

	2023	2022
IRPJ e CSLL a Compensar	990	973
IRRF sobre Aplicação Financeira	658	550
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais (i)	2.007	–
Total	**3.655**	**1.523**

(i) Em 2023, a Operadora realizou a constituição de Ativo Fiscal Diferido, por haver provável recuperação de IRPJ/CSLL no futuro, em virtude de diferenças temporárias dedutíveis e compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais

	Saldo 2022	Constituição	Saldo 2023
Provisão para Contingências Fiscais	–	218	218
Outras Provisões e Ajustes Temporários	–	102	102
Prejuizo Fiscal IRPJ e CSLL	–	1.687	1.687
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**–**	**2.007**	**2.007**

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2024	2025	2026	2027	2028	2023 Total
IRPJ	270	386	266	275	279	1.476
CSLL	97	139	96	99	100	531
Total	**367**	**525**	**362**	**374**	**379**	**2.007**

9 Provisões Técnicas

9.1. Provisões Técnicas

A composição das Provisões Técnicas está assim apresentada:

	2023	2022
Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG	646	640
Provisão de Eventos a Liquidar – PESL	5	81
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA	1.368	1.488
Total	**2.019**	**2.209**

9.2. Movimentações das Provisões Técnicas

As movimentações das provisões técnicas, registradas no passivo circulante, estão assim apresentadas:

				2023
	PPCNG	PESL	PEONA	Total
Saldo no Início do Exercício	**640**	**81**	**1.488**	**2.209**
Constituições	13.189	–	8	13.197
Reversões	(13.183)	–	(128)	(13.311)
Eventos Avisados	–	550	–	550
Eventos Pagos	–	(531)	–	(531)
Glosa	–	(95)	–	(95)
Saldo no Final do Exercício	**646**	**5**	**1.368**	**2.019**

				2022
	PPCNG	PESL	PEONA	Total
Saldo no Início do Exercício	**786**	**152**	**1.629**	**2.567**
Constituições	17.533	–	–	17.533
Reversões	(17.679)	–	(141)	(17.820)
Eventos Avisados	–	1.485	–	1.485
Eventos Pagos	–	(1.343)	–	(1.343)
Glosa	–	(213)	–	(213)
Saldo no Final do Exercício	**640**	**81**	**1.488**	**2.209**

10 Comercialização sobre Operações

A comercialização sobre operações refere-se aos valores a serem pagos aos prestadores de serviços pela intermediação na comercialização dos planos.

	2023	2022
Saldo no Início do Exercício	**543**	**821**
Provisão	4.953	5.340
Pagamento	(4.356)	(4.776)
Cancelamento	(635)	(842)
Saldo no Final do Exercício	**505**	**543**

11 Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

	2023	2022
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida	529	392
Total	**529**	**392**

12 Débitos Diversos

	2023	2022
Fornecedores	240	220
Depósitos Beneficiários	21	27
Outros	24	2
Total	**285**	**249**

13 Provisões para Ações Judiciais

Referem-se a processos judiciais que representam riscos para a Operadora.

	2023	2022
Ações Fiscais	640	561
Total	**640**	**561**

Ações Fiscais e Cíveis

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações judiciais e nas avaliações de êxito da Operadora com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Operadora tem por política provisionar integralmente o valor das ações judiciais cíveis cuja avaliação é de perda, bem como, todos os casos avaliados como obrigação legal, independentemente da probabilidade de perda.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Natureza das Ações Fiscais

O único processo judicial relacionado a obrigação tributária, integralmente registrada, está descrito a seguir:

INSS – Trata-se de medida judicial solicitando a não incidência do INSS sobre os repasses feitos aos profissionais da saúde. Os valores registrados são de R$640 em dezembro de 2023 e de R$561 em dezembro de 2022.

13.1. Ações Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

As ações de natureza cível totalizaram R$16 em dezembro de 2023 e R$37 em dezembro de 2022.

14 Margem de Solvência e Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

	2023	2022
Patrimônio Líquido	33.709	27.694
(-) Despesas de Comercialização Diferida	(186)	(206)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**33.523**	**27.488**
(A) 0,20 vezes das Contraprestações – Últimos 12 Meses	3.068	3.502
(B) 0,33 vezes da Média dos Eventos – Últimos 36 Meses	1.572	1.378
(C) Margem de Solvência = Maior entre (A) e (B)	3.068	3.502
(D) Capital Base	352	227
Capital Regulatório = Maior entre (C) e (D)	**3.068**	**3.502**
Suficiência	**30.455**	**23.986**

15 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social em dezembro de 2023 e dezembro de 2022 são compostos por 31.958.600 cotas, totalizando R$31.959.

b) Distribuição dos Lucros

Havendo lucro, o mesmo poderá ser partilhado entre os sócios, na proporção de sua participação no capital social e em conformidade com a destinação do resultado. O lucro poderá ser distribuído aos sócios de forma descasada à proporcionalidade do capital social mediante deliberação da sua totalidade, conforme previsto no Código Civil, Lei nº10.406/02.

16 Detalhamento das Contas de Resultado

16.1. Contraprestações Efetivas	2023	2022
Contraprestações Líquidas	15.340	17.511
(-) Tributos Diretos de Operações c/ Planos Assist. Saúde da Operadora	(1.069)	(1.130)
Total	**14.271**	**16.381**

16.2. Eventos Indenizáveis	2023	2022
Eventos Indenizáveis	(5.560)	(5.642)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	120	140
Total	**(5.440)**	**(5.502)**

16.3. Outras Receitas e Despesas Operacionais	2023	2022
Receitas Operacionais	**23**	**–**
Receitas Operacionais	23	–
Despesas Operacionais	**(1.870)**	**(2.122)**
Despesas Operacionais	(456)	(754)
Despesas com Encargos Sociais	(16)	(59)
Despesas com Provisão para Perdas s/ Créditos	10	592
Contraprestações Canceladas	(1.389)	(1.871)
Outras Despesas	(19)	(30)
Total	**(1.847)**	**(2.122)**

16.4. Despesas de Comercialização	2023	2022
Despesas de Comercialização	(4.975)	(5.365)
Total	**(4.975)**	**(5.365)**

16.5. Despesas Administrativas	2023	2022
Serviços de Terceiros	(256)	(275)
Localização e Funcionamento	(20)	(58)
Publicidade e Propaganda	(8)	(8)
Despesas com Tributos	(69)	(86)
Despesas Diversas	(133)	(147)
Total	**(486)**	**(574)**

16.6. Resultado Financeiro	2023	2022
Receitas Financeiras	**3.923**	**3.279**
Receitas com Cotas de Fundos de Investimentos	453	392
Receitas com Títulos Públicos	3.353	2.795
Outras Receitas Financeiras	117	92
Despesas Financeiras	**(123)**	**(109)**
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(65)	(55)
Outras Despesas Financeiras	(58)	(54)
Total	**3.800**	**3.170**

17 Cálculo Efetivo da Alíquota de Imposto

	2023	2022
Resultado Antes dos Impostos	**5.259**	**5.739**
Encargo Total do IRPJ e CSLL	**(1.788)**	**(1.951)**
Demais Ajustes	24	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.764)**	**(1.951)**
Alíquota Efetiva	**33,54%**	**34,00%**

18 Partes Relacionadas

	2023	2022
Ativo		
Disponível	**190**	**1.221**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	190	1.221
Passivo		
Comercialização sobre Operações	**(505)**	**(543)**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	(505)	(543)
Resultado		
Despesas de Comercialização	**(4.164)**	**(3.942)**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	(4.164)	(3.942)
Despesas Administrativas	**(119)**	**(139)**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	(119)	(139)

(1) O Banco Santander é controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeeck B.V. com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha).

19 Evento Subsequente

Não houve evento subsequente após 31 de dezembro de 2023 até a data da aprovação das Demonstrações Financeiras.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Marcelo Malanga

Diretor Financeiro
Alejandro Gabriel Widder

Diretor de Produto
João Batista Mendes de Angelo

Diretor de Controles Internos
Omar Santana da Silva Júnior

Atuária Responsável Técnico

Marcia Morais Ferreira – MIBA nº 2531

Responsável Técnico

Ariane Busse Ugeda – CROSP 78136

Contadora

Ana Paula Lima Petri – CRC 1SP 267.635/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.

EY
Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Eduardo Wellichen – Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Publicidade Legal

Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ nº 58.375.775/0001-21 - NIRE 35.208.010.776

Alteração do Contrato Social e Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Transformação

Pelo presente instrumento particular, **Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima,** brasileira, empresária, Única Sócia componente da **"Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações Ltda."** com sede em Holambra/SP, CNPJ (MF) n° 58.375.775/0001-21, **resolvem,** Deliberar transformar o tipo societário de sociedade: **Data/Hora/Local:** 20/09/2019, 10hs, na sede social. **Presença:** Sócia representando a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima; Secretário: Carlos Roberto Petrini. **Deliberações aprovadas: a.** Transformar a Sociedade para Sociedade por ações, admitindo-se o acionista **Carlos Roberto Petrini,** brasileiro, divorciado, advogado, mediante a cessão e transferência por venda de 1 quota de propriedade da sócia Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima, mantendo-se inalterados o patrimônio e o capital social, sendo que este último passou a ser dividido em 2.000.000 de ações ordinárias; **b.** Alterar a denominação social para **"Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações S.A."; c.** Eleger para um mandato de 2 anos para **Diretora Presidente: Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima,** acima qualificada; para o cargo de **Diretor: Carlos Roberto Petrini;** acima qualificado. Os Diretores ora eleitos declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **d.** Fixar a remuneração anual global dos administradores em até R$ 24.000,00; **f.** Aprovar o Estatuto Social: **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo. Art. 1°** - A "**Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações S.A.**" é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2°** - A Sociedade tem sua sede e foro em Holambra/SP, na HBR 167, 935, Bairro Fundão, CEP: 13825-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios, agência ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 3°** - A Sociedade tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários, a compra e venda de imóveis próprios, a construção de edifícios, a prestação de serviços de arquitetura e engenharia, a prestação de serviço no fornecimento de estrutura física e apoio administrativo através de escritório de conveniência, o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, podendo ainda participar em outras empresas. **Art. 4°** - A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações. Art. 5°** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$2.000.000,00, representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1°** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§2°** - As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. **Art. 6°** - Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para a subscrição dos aumentos de capital da Sociedade, nos termos da legislação em vigor. **Capítulo III. Da Administração. Art. 7°** - A Sociedade será administrada por Diretoria composta por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação cujo prazo de mandato será de 2 anos, permitida a reeleição. **§1°** - A Diretoria é o órgão de representação da Sociedade. **§2°** - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Sociedade que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **§3°** - Findo o mandato, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no livro respectivo, prestando as informações exigidas por lei, independentemente de caução. **Art. 8°** - A remuneração dos membros da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado, serão fixados anualmente pela Assembleia Geral. **Art. 9°** - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por subscrito designado pela Diretoria. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, o Diretor deverá ser substituído designado pela Diretoria, até o preenchimento do cargo pela primeira Assembleia Geral que vier a ser realizada, devendo o Diretor substituto completar aos fins sociais. **Art. 10°** - A Diretoria é o órgão executivo da Sociedade, cabendo-lhe, assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais. **Art. 11°** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigem, por convocação do Diretor Presidente, por escrito, com antecedência mínima de 48 horas, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação da convocação pelo destinatário. **§Único** – As reuniões da Diretoria realizar-se-ão na sede social e, das mesmas serão lavradas atas, no competente livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. As deliberações serão aprovadas por maioria de votos dos Diretores. **Art. 12°** - Compete fundamentalmente ao Diretor Presidente, além das demais atribuições fixadas em lei e neste Estatuto Social: a) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; b) Coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações toadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais; d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgarem úteis ou necessários; e e) Convocar as assembleias ordinárias e extraordinárias de acionistas. **§1°** - Os atos e operações de administração dos negócios sociais que importem responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que a exonere de obrigações para com terceiros. Tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamentos contratos e, em geral, quaisquer outros documentos, incluindo o uso do nome empresarial, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: a) Pelo Diretor Presidente assinando isoladamente, ou b) Pelo Diretor em conjunto com um Procurador, ou ainda. c) Por um Procurador desde investido de especiais e expressos poderes. **§2°** - A representação da Sociedade em juízo ou perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais bem como perante agências certificadoras (e-CNPJ) competirá a qualquer dos Diretores, isoladamente, ou a um mais procuradores, legalmente constituídos e com poderes específicos. **§3°** - As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas pelo Diretor Presidente assinando em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo 1 ano. **Art. 13°** - Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, fixadas pelo presente Estatuto Social e em lei, compete, especialmente: (a) ao Diretor Presidente, presidir as reuniões de Diretoria, determinar metas e diretrizes operacionais, planejar, supervisionar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Sociedade, exercendo funções decisórias e executivas, inclusive aquelas inerentes aos demais diretores, enquanto estes não forem eleitos e empossados; (b) aos demais diretores, planejar, organizar e dirigir as atividades da Sociedade, bem como fixar política de ação, mediante a elaboração de planos, programas e projetos específicos, tendo por vase metas e diretrizes traçadas pelo Diretor Presidente, auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições e substitui-lo em suas ausências e impedimentos. **Capítulo IV. Das Assembleias Gerais. Art. 14°** - A Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social. **Art. 15°** - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas em observância às disposições legais aplicáveis. As deliberações, exceto nos casos previstos em Lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Sociedade, serão tomadas pelos votos de acionistas, devidamente arquivado na sede da Sociedade, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria absoluta do capital social total. **§1°** - As Assembleias Gerais serão instaladas e presidiadas pelo Diretor Presidente ou na sua ausência pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **§2°** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da Lei, com poderes específicos, devendo a procuração ficar arquivada na sede da Sociedade. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Art. 17°** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescritas em Lei. **§1°** - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 3 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observada a qualificação e demais requisitos estabelecidos em Lei, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua instalação. **§2°** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro atas das RCA. **§3°** - O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **§4°** - Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal. **Capítulo VI. Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados. Art. 18°** - O exercício inicia-se em 01° de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 19°** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Sociedade e as suas mutações ocorridas no exercício. **§Único** – A Diretoria poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores, observadas as disposições legais. **Art. 20°** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvidos pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Art. 21°** - O lucro líquido do exercício, definido no Art. 191, da Lei 6.404/76, terá a seguinte destinação: a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) A parcela correspondente à constituição de reserva de contingências; c) 1%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76; e d) O lucro que não for destinado na forma dos Art.s 193 a 197 da Lei 6.404/76, terá destinação determinada pela Assembleia Geral. **Art. 22°** - O montante dos dividendo será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que forem atribuídos. **§Único** – Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Sociedade. **Art. 23°** - Nos termos do Art. 204 da Lei 6.404/76, a Diretoria poderá: a) Levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço; e b) Declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. **Art. 24°** - Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, com base em balanços anuais ou intermediários, nos termos do Art. 9° da Lei 9.249/95, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente. **Capítulo VII. Da Transformação. Art. 25°** - A Sociedade poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no Art. 220 da Lei, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social. **Capítulo VIII. Da Dissolução e da Liquidação. Art. 26°** - A Sociedade será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em Lei. **Capítulo IX. Das Disposições Gerais. Art. 27°** - A Sociedade observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido Acordo, sendo também expressamente vedado à Sociedade aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo de Acionistas. **Art. 28°** - Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições vigentes. Esclarecer que as publicações serão no DOESP e "Diário de Notícias". O Conselho Fiscal não foi instalado. Nada mais. Holambra, 14/10/19. JUCESP/NIRE nº 3530054530-3. JUCESP nº 610.813/19-5 em 28/11/19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Patagônia Holding Imobiliária S/A

CNPJ em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: 26/12/2023, às 10 horas, na sede, na Fazenda Cerrado de Cima, Rodovia Francisco Alves Negrão, SP 258, km 264, s/nº, Taquarivaí/SP ("Assembleia de Constituição"). **Presença:** Independente de convocação, na qualidade de acionistas fundadores, abaixo qualificados, respectivamente): **(i) Beatrice Hasson Sverner**, RG nº 2862409 SSP/SP, CPF/MF nº 040.772.228-93 ("Beatrice"); **(ii) Deborah Sverner Haegler**, RG nº 9705658 SSP/SP, CPF/MF nº 157.821.288-01 ("Deborah"); **(iii) Felipe Sverner**, RG nº 15907675 SSP/SP, CPF/MF nº 111.387.628-06 ("Felipe"); e **(iv) Rosa Sverner Douer**, RG nº 9705659 SSP/SP, CPF/MF nº 185.405.008-76 ("Rosa" e, em conjunto com Beatrice, Deborah e Felipe, os "Acionistas"). **Mesa: Felipe Sverner**, Presidente, Fernanda de Camargo Barros Lazzarini Secretária. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Nos termos da Lei 6.404/1976 ("Lei das S/A" ou "LSA"), foi aprovada a constituição da sociedade por ações de capital fechado que atuará sob a denominação **Patagônia Holding Imobiliária S/A**. **2.** Foi aprovado o Estatuto Social sem restrições, sendo declarada devidamente constituída a Companhia. **3.** Aprovar a subscrição de 46.294.397 ações ordinárias, emitidas a R$1,00 cada, totalizando R$46.294.397,00, sendo R$3,00 em moeda corrente nacional a integralizar e R$46.294.394,00 nos imóveis abaixo relacionados ("Imóveis"), conforme valor indicado no laudo de avaliação elaborado pela Opinião Assessoria Contábil Ltda, CNPJ nº 04.691.799/0001-60, representada por Mauro Tulio Garcia, CPF nº 530.159.757-49 e CRC 1SP132860/O-9 ("Anexo III – Laudo de Avaliação"). (I) Matrícula 27.684, de 22/01/2002, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folha 51; (II) Matrícula 27.203, de 27/11/2000, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folhas 34 e 34 verso; (III) Matrícula 27.495, de 20/07/2001, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folha 143 verso; (IV) Matrícula 27.878, de 12/09/2002, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folhas 88 verso e 89; (V) Matrícula 12.478, de 13/05/1986, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folhas 68 verso e 69; (VI) Matrícula 10.073, de 15/02/1984, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folha 57; (VII) Matrícula 21.229, de 03/11/1993, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folha 22; (VIII) Matrícula 4.251, de 07/04/1979, registrada no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapeva/SP, folha 23; (IX) Matrícula 20.825, de 31/05/1993, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 06 e 06 verso; (X) Matrícula 27.205, de 27/11/2000, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 50 e 50 verso; (XI) Matrícula 9.218, de 09/05/1983, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folha 20; (XII) Matrícula 34.620, de 01/11/2013, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, fichas 1 a 3; (XIII) Matrícula 27.225, de 08/05/2002, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 171 e 171 verso; (XIV) Matrícula 27.774, de 10/11/2006, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 196 verso e 197; (XV) Matrícula 27.218, 13/11/2000, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folha 18; (XVI) Matrículas 31.834, de 22/11/2010, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 114 a 115; (XVII) Matrícula 34.150, de 21/03/2013, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, fichas 1 a 2; (XVIII) Matrícula 34.149, de 21/03/2013, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, fichas 1 a 3; e (XIX) Matrícula 27.776, de 08/05/2002, registrada no Livro 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica de Itapeva/SP, folhas 199 verso e 19. **5.3.1.** A participação acionária dos acionistas fundadores da Companhia ficará dividida da seguinte maneira: **Beatrice Hasson Sverner:** 46.294.394 Ações, R$46.294.394,00, 99,999994%. **Deborah Sverner Haegler:** 1 Ação, R$1,00, 0,000002%. **Felipe Sverner:** 1 Ação, R$1,00, 0,000002%. **Rosa Sverner Douer:** 1 Ação, R$1,00, 0,000002%. **Total:** 46.294.397 Ações, R$6.294.397,00, 100%. **5.4.** Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80, LSA, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia. **5.5.** Foram nomeados para compor a Diretoria, como diretores sem designação específica, com mandato de 02 anos, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os abaixo descrito: **(i) Deborah Sverner Haegler**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9705658 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 157.821.288-01, residente e domiciliada na Rua Coronel Bento Noronha, nº 136, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01443-050; **(ii) Felipe Sverner**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 15907675 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.387.628-06, residente e domiciliado na Rua Desembargador Mamede, nº 390, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP 01444-030; **5.5.1. Impedimento.** O membro da Diretoria, ora nomeado, será investido em seus cargos mediante a assinatura do Termo de Posse ("Anexo V – Termo de Posse") lavrado em livro próprio e declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa à concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º, LSA. **5.5.2.** A remuneração global da Diretoria, para exercício social corrente, será fixada oportunamente, observando o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa a reger a Companhia. **5.6.** Aprovar que as publicações ocorrerão em jornais que sigam os parâmetros estabelecidos pela lei vigente das Sociedades por Ações, quando necessárias. **5.7.** Autorizar o Diretor ora nomeado a ultimar todas as formalidades remanescentes para o registro de constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e acha conforme, foi assinada por todos os presentes. Taquarivaí/SP, 26/12/2023. Mesa: Presidente – **Felipe Sverner;** Secretário – **Fernanda de Camargo Barros Lazzarini.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.632.176 em 09/02/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Diretoria da Ezze Seguros S.A, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em **AGOE**, que realizar-se-á **no dia 27/03/2024, às 15h00min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP**, com a seguinte ordem do dia: em **AGO**: a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2024; d) fixar os honorários dos administradores. Em **AGE**: a) Aprovar investimento para aquisição de sistema de CRM; b) Propor alteração do Artigo 21 do Estatuto Social, a fim de listar, de forma não taxativa, matérias a serem deliberadas em reunião de diretoria; c) Aprovar o estatuto social consolidado da companhia. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 22/02/2024. A Diretoria. (23, 24 e 27/02/2024)

FWMA Administradora Ltda.

CNPJ/ME nº 64.544.455/0001-50

Convocação – Reunião de Sócios

Na qualidade de administradora da sociedade, venho convocar V.Sa. para comparecer na "Reunião de Sócios" no dia 07/03/2024 às 12h00 em primeira chamada, com 3/4 do capital social e, caso necessário, às 12h30 em segunda chamada, com qualquer número, na sede em São Paulo-SP, na Rua Haddock Lobo, nº 578, 1º andar, conjunto 12, Cerqueira César, para tratar sobre a Ordem do Dia: **a)** Alterar a cláusula da administração do Contrato Social, para aceitar a renúncia de Maria Augusta de Faria Assis Amaral de Almeida, como administradora da empresa e nomear as sócias Lucila Amaral de Almeida Branco e Maria Augusta Amaral de Almeida Vasconcellos de Souza como novas administradoras e consequentemente alterar a cláusula de administração; **b)** Deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados de 2022 e 2023; **c)** Deliberar sobre a venda do imóvel localizado na Rua Olavo Bilac, 267, São Bernardo do Campo; e **d)** outros assuntos. Os Sócios poderão se fazer representar por procurador devidamente constituído através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. São Paulo, 23/02/2024. Maria Augusta de Faria Assis Amaral de Almeida. (23, 26 e 27/02/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,9845 / R$ 4,9851 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,9905 / R$ 4,9925 *
Turismo - R$ 5,0021 / R$ 5,1821
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,80%
OURO BM&F
R$ 290,00

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,63%
Pontos: 129.418
Volume financeiro: R$ 21,658 bilhões
Maiores altas: Eztec ON (4,06%), Magazine Luiza ON (1,90%), CSN ON (1,60%)
Maiores baixas: Casas Bahia ON (-6,93%), Pão de Açúcar ON (-5,03%), Raizen PN (-4,16%)
S&P 500 (Nova York): 0,03%
Dow Jones (Nova York): 0,16%
Nasdaq (Nova York): -0,28%
CAC 40 (Paris): 0,7%
Dax 30 (Frankfurt): 0,28%
Financial 100 (Londres): 0,28%
Nikkei 225 (Tóquio): 2,19%
Hang Seng (Hong Kong): -0,1%
Shanghai Composite (Xangai): 0,55%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,09%
Merval (Buenos Aires): 2,75%
IPC (México): -0,9%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

VR Desenvolvimento de Negócios S.A.

CNPJ/MF nº 07.868.786/0001-02

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. *A Administração*

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (não auditado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (não auditado)
Circulante	**14.443**	**20.640**	**52.879**	**20.640**
Caixa e equivalente de caixa	14.299	20.497	45.866	20.497
Contas a receber de clientes	–	–	3.848	–
Impostos à recuperar	144	143	2.320	143
Demais ativos circulantes	–	–	845	–
Não Circulante	**384.469**	**255.916**	**403.168**	**255.916**
Contas a receber de clientes	–	–	8.154	–
Depósitos judiciais	409	409	772	409
Demais ativos não circulantes	–	–	12	–
Impostos a recuperar	–	–	3.255	–
Investimentos	384.055	255.502	4.938	255.502
Propriedade para investimentos	–	–	363.447	–
Imobilizado	–	–	14.908	–
Intangível	5	5	7.682	5
Total do Ativo	**398.912**	**276.556**	**456.047**	**276.556**

Passivo	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (não auditado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (não auditado)
Circulante	**6.026**	**139**	**21.670**	**139**
Fornecedores	2	6	3.355	6
Empréstimos e financiamentos	–	–	2.147	–
Obrigações fiscais	20	133	1.071	133
Obrigações trabalhistas	–	–	85	–
Outras contas a pagar	6.004	–	6.295	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	–	7.742	–
Parcelamento de impostos	–	–	416	–
Impostos e contribuições diferidos	–	–	559	–
Não Circulante	**412**	**409**	**41.903**	**409**
Parcelamento de impostos	–	–	1.524	–
Provisão para demandas judiciais	409	409	499	409
Impostos e contribuições diferidos	–	–	1.185	–
Contas a pagar a partes relacionadas	3	–	35.996	–
Outras contas a pagar	–	–	2.699	–
Patrimônio Líquido	**392.474**	**276.008**	**392.474**	**276.008**
Capital social	329.282	246.574	329.282	246.574
Capital à integralizar	(794)	–	(794)	–
Adiantamento futuro aumento de capital	210	–	210	–
Reservas de lucros	49.392	23.206	49.392	23.206
Dividendos obrigatórios não distribuidos	14.384	6.228	14.384	6.228
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**398.912**	**276.556**	**456.047**	**276.556**

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (não auditado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (não auditado)
Receitas operacionais líquidas	–	24.691	18.682	24.691
Custos com locação	–	–	(4.760)	–
Lucro bruto	**–**	**24.691**	**13.922**	**24.691**
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(2.482)	(1.305)	(10.945)	(1.305)
Despesas tributárias	(96)	(5)	(2.945)	(5)
Resultado da equivalência patrimonial	2.095	3.056	(1.318)	3.056
Outros ganhos e perdas com investimentos	33.146	–	33.146	–
Outras receitas (despesas) operacionais	8	16	960	16
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**32.671**	**26.453**	**32.820**	**26.453**
Receita financeira	1.883	829	3.483	829
Despesa financeira	(1)	–	(586)	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**34.553**	**27.282**	**35.717**	**27.282**
Imposto de renda e contribuição social	–	(1.058)	(1.164)	(1.058)
Lucro líquido do exercício	**34.553**	**26.224**	**34.553**	**26.224**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Adto. p/ futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas de lucro	Dividendos obrigatórios não distribuidos	Lucros (prejuizos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	**68.112**	**–**	**–**	**211**	**2.999**	**–**	**–**	**(65.999)**	**5.323**
Redução capital	(65.999)	–	–	–	–	–	–	65.999	–
Aumento capital	244.461	–	–	–	–	–	–	–	244.461
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	26.224	26.224
Destinação proposta:									
Reservas	–	–	–	1.311	–	18.685	–	(19.996)	–
Dividendos obrigatórios não distribuidos	–	–	–	–	–	–	6.228	(6.228)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**246.574**	**–**	**–**	**1.522**	**2.999**	**18.685**	**6.228**	**–**	**276.008**
Aumento de capital	82.708	(794)	210	–	–	–	–	(211)	81.913
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	34.553	34.553
Destinação proposta:									
Reservas	–	–	–	1.717	–	24.469	–	(26.186)	–
Dividendos obrigatórios não distribuidos	–	–	–	–	–	–	8.156	(8.156)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**329.282**	**(794)**	**210**	**3.239**	**2.999**	**43.154**	**14.384**	**–**	**392.474**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (não auditado)	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	34.553	26.224	34.553	26.224
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	–	–	5.093	–
Resultado de equivalência patrimonial	(2.095)	(3.056)	1.318	(3.056)
Outros ganhos e perdas com investimentos	(33.146)	–	(36.239)	–
Impostos diferidos	–	–	(785)	–
Variações nos ativos e passivos operacionais	**(111)**	**48**	**(6.040)**	**48**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(799)**	**23.216**	**(2.100)**	**23.216**
Caixa líquido recebido na incorporação e aquisição de investidas	18	49	29.884	49
Redução (aumento) de propriedade para investimentos	–	4.924	(410)	4.924
Alienação (aquisição) de investimentos	(5.417)	(8.050)	(1.519)	(8.050)
Alienação (aquisição) de imobilizado	–	–	(139)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(5.399)**	**(3.077)**	**27.816**	**(3.077)**
Contas a pagar a partes relacionadas	–	–	71	–
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	–	–	(418)	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**–**	**–**	**(347)**	**–**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(6.198)**	**20.139**	**25.369**	**20.139**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.497	358	20.497	358
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**14.299**	**20.497**	**45.866**	**20.497**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – O objeto social da Companhia também contempla: a prospecção, identificação e desenvolvimento de negócios e projetos relacionados a meios de pagamentos eletrônicos, serviços de gerenciamento de base de dados, gestão de programa de marketing e assessoria e consultoria de qualquer natureza; a administração, organização e alocação de espaços virtuais em ambiente internet, bem como em periódicos, revistas ou assemelhados, com distribuição a título gratuito ou oneroso; a criação, administração e organização de mecanismos de comunicação, incluindo periódicos e serviços dentro da própria rede; representação por conta própria ou de terceiros; e atividades de desenvolvimento imobiliário. A Companhia desenvolve seus negócios dentro de um contexto de grupo empresarial, utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando os custos administrativos e os esforços de gestão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras individuais (apresentadas como "controladora") e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e dos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e das suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 compreendem as seguintes controladas:

Controladas	Participação Societária 2022
VR Imóveis e Serviços S.A.	100%
Nova Pedreira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
VR Aluguéis e Serviços S.A.	100%
REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias ou que possa ser resgatado a qualquer momento sem perda do rendimento incorrido. **b. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são representadas pelos valores decorrentes das receitas de contratos de locação (arrendamento mercantil operacional), que são apresentados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo previsto de realização, líquidos de eventual perda estimada de crédito de liquidação duvidosa. **c. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas e controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da Companhia, conforme CPC 18, e no caso das controladas em conjunto, também é adotado esse método nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras das controladas ou controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **d. Propriedades para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Bancos conta movimento	45	28	394	28
Aplicações financeiras (*)	14.254	20.469	45.472	20.469
	14.299	**20.497**	**45.866**	**20.497**

5. Investimentos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Investimentos em controladas	368.805	250.054	2.260	250.054
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.574	11.448	–	11.448
Provisão para dividendos desproporcionais	–	(6.000)	–	(6.000)
Ágio sobre investimentos	7.676	–	–	–
Outros investimentos	–	–	2.678	–
	384.055	**255.502**	**4.938**	**255.502**

6. Propriedade para investimentos (consolidado)

	2022
Terrenos	37.829
Custos de construção	1.277
Imóveis concluídos	326.182
Mais valia	7.017
Depreciação acumulada (taxa de 4% a.a.)	(14.727)
Total de imóveis	**357.578**
Custos iniciais de contratos – comissões	5.869
Total de propriedades para investimentos	**363.447**

7. Patrimônio líquido – Capital social: O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 329.282 (R$ 246.574 em 2021) representado por 347.350.938 ações nominativas e sem valor nominal (246.574.105 ações em 2021), das quais 173.726.913 são ordinárias e 173.624.025 são preferenciais.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior – Contador – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Juros: em sessão esvaziada, taxas têm viés de alta apesar de alívio na curva dos Treasuries

Os juros futuros oscilaram entre margens estreitas na sexta-feira, 23, de agenda doméstica esvaziada e noticiário sem destaques. No exterior, houve alívio na curva dos Treasuries e queda do petróleo e grãos, mas insuficiente para animar o mercado local. O câmbio pressionado, com o dólar perto de R$ 5, chegou a trazer alguma influência na primeira parte da sessão. No fechamento, as taxas tinham viés de alta.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 encerrou em 10,020%, de 10,003% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 passou de 9,83% para 9,86%. O DI para janeiro de 2027 fechou com taxa de 10,04% (de 10,00% quinta) e o DI para janeiro de 2029, com taxa de 10,47%, de 10,43%.

As taxas alternaram viés de alta e de baixa ao longo da sessão sem firmar tendência, na ausência de gatilhos capazes de definir alguma trajetória. Daniel Leal, estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, lembra que a baixa volatilidade tem sido uma tônica do mercado de juros ao longo da semana e vê o bom desempenho de Wall Street hoje muito mais como um rescaldo da reação positiva ao forte balanço da Nvidia do que otimismo com a política monetária do Federal Reserve.

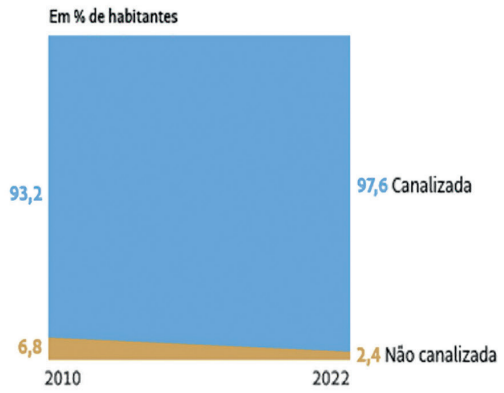
"As apostas de cortes de juros têm sido postergadas e o mercado também têm trabalhado com a ideia de um orçamento menor. Isso fez com que a curva americana abrisse nos últimos dias e hoje o que temos é uma correção", disse Leal, para quem a taxa da T-Note na faixa de 4,30% é aceitável para o mercado aqui.

Nesse contexto, não há estímulo para a montagem de novas posições em DI. A ponta curta tem tido variações ainda mais comedidas, com as apostas para Selic bem ajustadas para mais dois cortes de 0,5 ponto porcentual. A expectativa para a taxa terminal, em boa medida, está atrelada às ações do Fed, ainda que o Banco Central negue qualquer relação mecânica entre os dois ciclos, como enfatizou hoje o diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, durante palestra em evento da Abrasca.

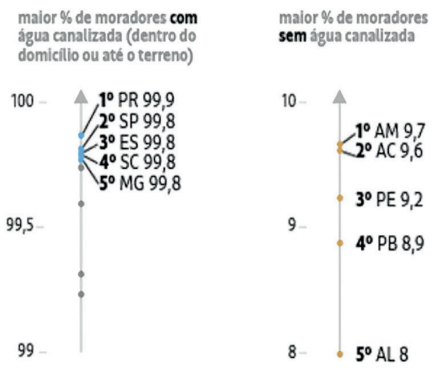
IstoéDinheiro

Censo

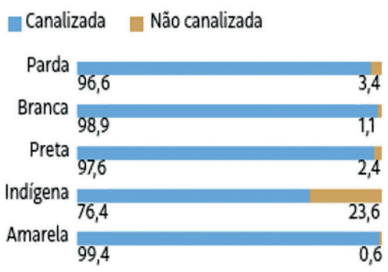
Existência de canalização de água



Estados com mais ou menos água canalizada

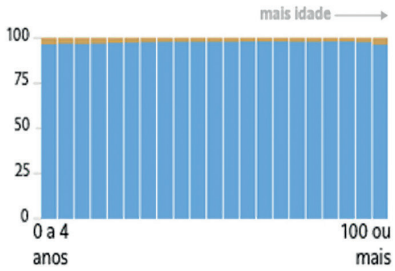


Existência de canalização de água, por cor ou raça

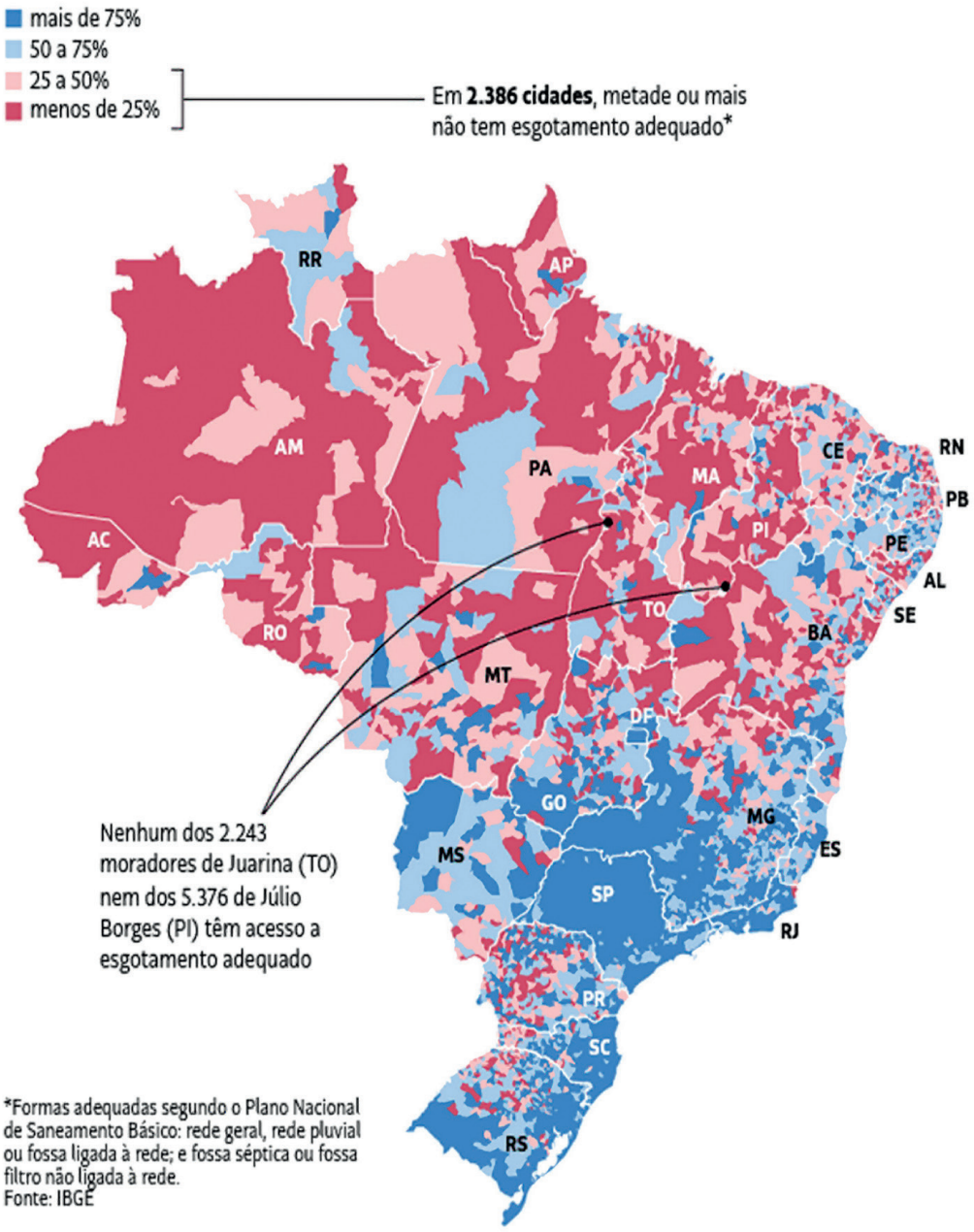


Fonte: IBGE

Existência de canalização de água, por idade



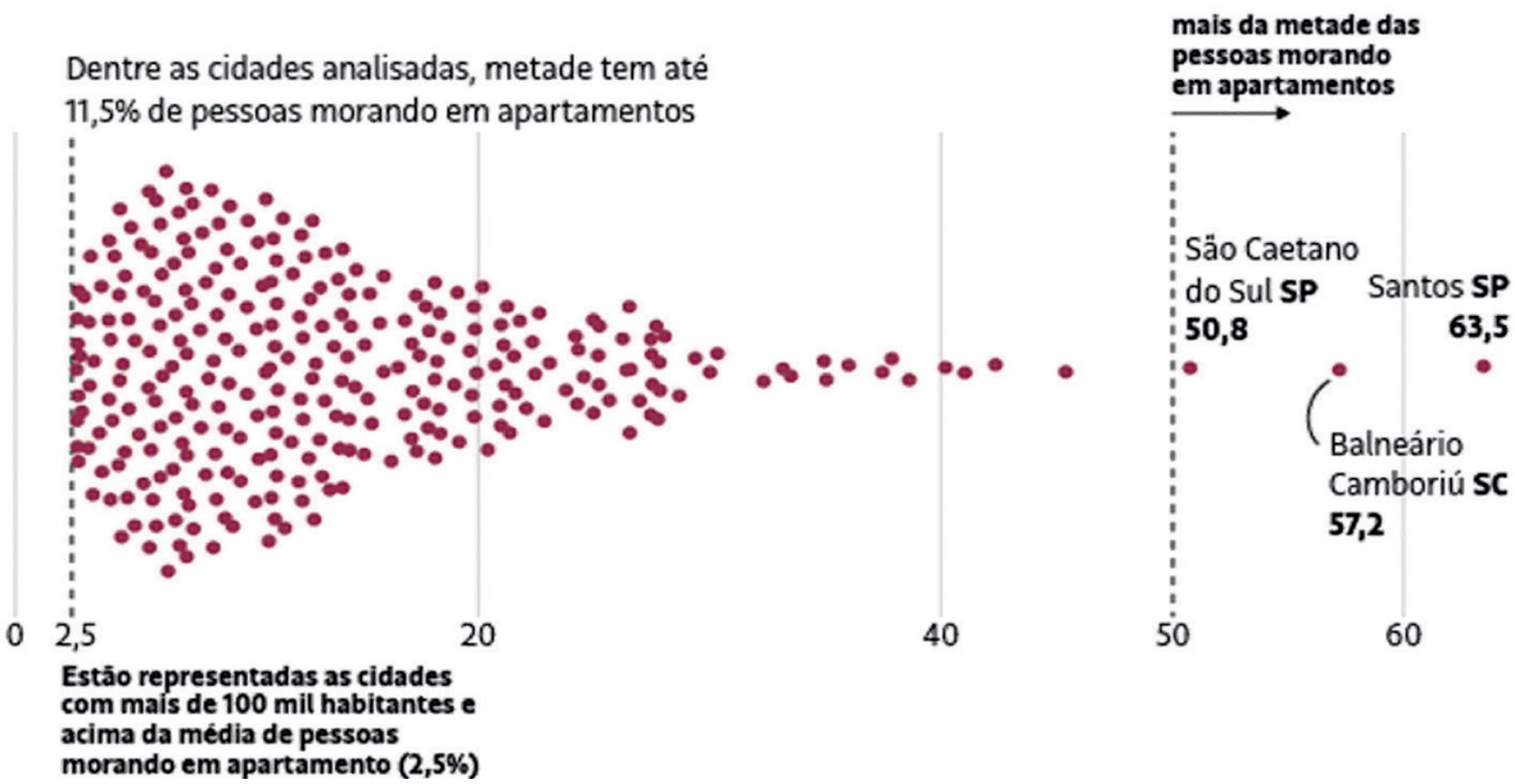
Proporção de moradores com acesso a esgotamento sanitário adequado nos municípios



*Formas adequadas segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico: rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede; e fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede.
Fonte: IBGE

Pessoas morando em apartamento

Em %



Negócios

Xiaomi cresce e assusta Apple e Motorola

Na mitologia grega, Apolo e Dionísio são filhos de Zeus. Apolo é considerado o deus da razão e do raciocínio lógico. Enquanto Dionísio é caracterizado pelo cão, com apelo das emoções e instintos. Apesar das diferenças, não eram considerados opostos ou rivais. Muitas vezes, inclusive, os atributos de cada um eram analisados como complementares. A dicotomia desse conceito filosófico se encaixa na atuação no Brasil da fabricante chinesa de smartphones Xiaomi.

• De um lado, a companhia empreende com a razão, com as vendas de celulares por canais oficiais, a partir da parceria com a DL, importadora e distribuidora de produtos do portfólio Xiaomi no território nacional.

• Do outro, tem uma espécie de caos com o chamado 'mercado cinza', em que os produtos da marca são comercializados em canais não oficiais, com preços mais baixos, pois entram no País sem os devidos impostos. Nele, não há garantia para quem compra, nem obrigação da fabricante de oferecer assistência técnica. Nesse caso, gera ainda imagem negativa para a produtora.

O fato é que as vendas pelos dois canais acarretam em ônus e bônus para a Xiaomi em alguma medida, além de serem complementares – assim como Apolo e Dionísio – porque ambos contribuem com seu faturamento global, que fechou 2022 em US$ 38,9 bilhões.A companhia está atenta às consequências dessas oposições. Uma das maneiras de resolver e pender pelo lado mais racional do mito grego seria abrir uma fábrica em solo brasileiro. Isso vai ocorrer. Mas ainda não se sabe quando. O Custo Brasil, principalmente o peso dos impostos, impede o avanço do projeto da fabricante chinesa.

"A parte tributária do Brasil é complexa. Estudamos há anos abrir uma fábrica, mas ainda existem muitas barreiras", disse Charlie Guo, general manager da Xiaomi na América Latina, em evento de lançamento da linha Redmi Note 13 realizado em Bogotá, na Colômbia, no fim de março.

IstoéDinheiro

Startup promete chip que roda IA em fração de segundo

A startup americana Groq criou um chip capaz de executar comandos no ChatGPT em 7% do tempo que leva a nuvem da Microsoft, em uma velocidade 13 vezes mais rápida.

Circulam nas redes sociais vídeos da plataforma da Groq respondendo a pedidos em fração de segundo.

A empresa diz que entrega as respostas com a maior velocidade no mundo, e plataformas especializadas em testar performance de modelos de IA endossam.

A Groq produz chips assim como a Nvidia e não é o modelo de IA sem moderação de Elon Musk, chamado de Grok. O nome das duas empresas, que significa conhecimento profundo e intuitivo, tem origem no livro de ficção científica "Um estranho em uma terra estranha".

A proposta da startup, entretanto, é uma arquitetura diferente das GPUs (unidades de processamento gráficas), da Nvdia, conhecidas por permitir o treinamento de grandes modelos de linguagem como o ChatGPT. A Groq diz produzir LPUs (unidades de processamento de linguagem).

O projeto da empresa diz abandonar tudo o que não é necessário para rodar uma plataforma de IA e guardar mais espaço para circuitos eletrônicos em paralelo, essenciais para fazer os cálculos estatísticos envolvidos na execução de um modelo de linguagem.

Dessa maneira, a Groq consegue fazer um modelo de IA responder a uma velocidade de 246 tokens por segundo tokens são os códigos a partir dos quais a tecnologia processa as palavras, cada um representa um pedaço de palavra. Isso, segundo medições da empresa Artificial Analysis, de benchmarking de IA.

O provedor da Microsoft, Azure, por exemplo, faz o ChatGPT funcionar a uma velocidade de 18 tokens por segundo.

Pedro S. Teixeira/Folhapress

Cidade do interior de SP utilizará energia solar para abastecer 199 prédios públicos

Todos os imóveis ligados à Prefeitura de Hortolândia, a 97 km da capital paulista, devem passar a utilizar principalmente energia solar até o fim do primeiro semestre deste ano.

A ideia é que usinas fotovoltaicas abasteçam 80% da demanda desses locais, entre os quais estão escolas e unidades de saúde.

No total, 21 fazendas solares fornecerão energia para 199 imóveis, uma escala que, na avaliação de especialistas, torna o projeto pioneiro.

Desde dezembro do ano passado, há quatro fazendas em funcionamento: em uma UPA (unidade de pronto-atendimento), em um hospital, em uma escola e no paço municipal, onde fica a prefeitura. As demais devem ser ativadas ainda neste semestre.

O governo municipal afirma ter investido R$ 16 milhões para implementar as 21 usinas cada uma reúne entre 300 e mil placas solares. A expectativa é economizar R$ 4 milhões por ano quando o projeto estiver concluído no ano passado, o gasto com energia foi de R$ 4,7 milhões.

Carlos Roberto Prataviera Júnior, secretário de Planejamento Urbano de Hortolândia, diz que o projeto foi idealizado após a instalação de lâmpadas de LED na iluminação pública na cidade, há quatro anos, o que reduziu em 60% o custo da energia.

Depois dos resultados com o LED, a prefeitura decidiu apostar nas placas, também para diminuir despesa. O programa foi feito em parceria com empresas privadas.

"A incidência dos níveis de sol em Hortolândia é bem alta, e isso tornou mais viável implantar a usina solar", afirma Prataviera. "O projeto tem duas pegadas: a financeira, por gerar uma economia grande; e a ambiental, já que todo o consumo em prédios públicos da cidade virá de energia limpa."

Ao todo, 17 imóveis terão usinas instaladas. Locais com maior demanda, como UPAs e hospitais, e os outros sem fazendas solares próprias vão usar a energia excedente proveniente de locais com maior número de placas, como o paço municipal. Para este ano, a gestão municipal também planeja substituir 20 veículos a combustão da prefeitura por carros elétricos, segundo o secretário de Planejamento Urbano.

Luany Galdeano/Folhapress